

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS AUGUSTO DE LIMA

GEOECONOMIA, UM “NEGÓCIO DA CHINA”:

a atividade econômica chinesa em Angola de 1975 a 2010.

Rio de Janeiro

2018

CC CARLOS AUGUSTO DE LIMA

GEOECONOMIA, UM “NEGÓCIO DA CHINA”:
a atividade econômica chinesa em Angola de 1975 a 2010.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Carlos D. de Almeida

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra Carlos Dutra de Almeida, e co-orientador, Capitão de Fragata Ohara Barbosa Nagashima, pelos momentos de incentivo moral e intelectual, bem como pelas orientações durante o processo de investigação e de construção do conhecimento.

A minha esposa, Fernanda, e meus filhos, Beatriz e Bernardo, que, pelo amor, resistiram a minha ausência. Olhar seu sacrifício me deu energias incompreensíveis.

Aos meus pais, que tanto fizeram por minha educação formal e moral.

A Deus, por estar presente, por preservar minha saúde, por me fazer mais forte.

RESUMO

A geoeconomia é um negócio da China. Ela não explica o crescimento econômico alto e consistente da China nos últimos 40 anos, mas contribui para a sua compreensão. A crescente influência econômica e política da China no sistema global de Estados são temas recorrentes em meio a analistas de Relações Internacionais, principalmente por ameaçar a liderança econômica estadunidense. No entanto, para o Brasil, a China representa um desafio particular na África, em especial no Atlântico Sul, entorno estratégico brasileiro. A China se apresentou como um país de Terceiro Mundo ao continente africano e, com sua influência econômica, ganhou credibilidade política, principalmente junto a Angola, país de fortes laços históricos com o Brasil. Nesse sentido, esse estudo confrontou a teoria da geoeconomia com a realidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, para analisar se a China fez uso de instrumentos geoeconômicos em seu relacionamento com Angola, no período de 1975-2010, e os impactos decorrentes aos interesses geopolíticos brasileiros em Angola e no Atlântico Sul. Concluiu-se que houve aderência da teoria à realidade, pois as condições de Angola pós-guerra civil, sem recursos para reconstruir o país e sua infraestrutura, bem como a demanda chinesa de recursos energéticos para sustentar seu crescimento econômico, permitiram à China explorar o contexto angolano e promover seus interesses nacionais, bem como os de suas empresas e bancos, ao proteger sua segurança energética e garantir mercado para seus produtos. O Brasil, mesmo perante a forte presença econômica chinesa, também explorou as oportunidades apresentadas em Angola, de maneira semelhante à China, inclusive fazendo uso de ferramentas geoeconômicas. No período analisado, não foram observados impactos aos interesses do Brasil no Atlântico Sul, pelo contrário, China e Brasil se complementaram em Angola e, até mesmo, estabeleceram uma cooperação sul-sul em âmbito multilateral com os países africanos. As conclusões evidenciaram a necessidade de uma política externa consistente por parte do Brasil, a fim de promover e consolidar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e garantir acesso aos mercados africanos, podendo estabelecer parcerias com Angola e explorar seu passado comum com o país africano, tornando a região um espaço geopolítico diferenciado. Por fim, o trabalho sugeriu acompanhar a rivalidade crescente entre China e Estados Unidos da América na região, assim como alertou que o avanço geoeconômico chinês poderá ocorrer sobre aqueles Estados ricos em recursos naturais e energéticos, com governos sem capacidade de investir em sua infraestrutura, em qualquer continente.

Palavras-chave: Geoeconomia. China. Angola. Atlântico Sul. ZOPACAS. Cooperação sul-sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) e Ferrovia de Benguela.....	61
Figura 2 – Histórico de Produção e Previsão de Petróleo em Angola.....	62
Figura 3 – Bacias Interiores de Angola e Margem Atlântica.....	63
Figura 4 – Cooperação Brasil-Angola.....	58
Gráfico 1 – Angola – Importação de produtos e serviços, no período de 1985-2010.....	64
Quadro 1 – Cronologia das relações entre China e Angola, no período de 1975-2010.....	59
Quadro 2 – Cronologia das relações entre Brasil e Angola, no período de 1975-2010.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das empresas chinesas no <i>ranking</i> da <i>Fortune Global 500</i>	56
Tabela 2 – Evolução dos bancos chineses no <i>ranking</i> da <i>Global Finance</i>	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS –	Cúpula Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CPLP –	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EPI –	Economia Política Internacional
EUA –	Estados Unidos da América
FNLA –	Força Nacional de Libertação de Angola
FOCAC –	Fórum de Cooperação China-África
MERCOSUL –	Mercado Comum do Sul
MD –	Ministério da Defesa
MPLA –	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU –	Organização das Nações Unidas
PCC –	Partido Comunista Chinês
PND –	Política Nacional de Defesa
RPC –	República Popular da China
SACU –	União Aduaneira da África Austral
SADC –	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SINOPEC –	<i>China Petrochemical Corporation</i>
SONANGOL –	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UNITA –	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS –	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO: A GEOECONOMIA.....	11
2.1	O Poder Econômico: Expressão do Poder Nacional.....	11
2.2	Uma definição para a Geoeconomia.....	13
2.3	Geoeconomia e Geopolítica.....	15
3	RELAÇÕES DA CHINA COM A ÁFRICA.....	20
3.1	A China decide o seu caminho.....	20
3.2	Somos todos Terceiro Mundo.....	25
3.3	O momento perfeito para estar em Angola.....	31
4	O HISTÓRICO RELACIONAMENTO BRASIL-ANGOLA E O DESAFIO DA PRESENÇA ECONÔMICA CHINESA.....	38
4.1	Os destinos de Brasil e Angola.....	38
4.2	O Atlântico Sul como espaço geopolítico diferenciado.....	44
5	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICES.....	56
	ANEXOS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Apesar do aparente descaso com o continente africano e da descrença na capacidade cognitiva de seu povo nativo, sempre houve interesse das grandes potências mundiais, em cada época histórica, na África. Não necessariamente a disposição pelo povoamento ordenado e desenvolvimento econômico-social dos países africanos, mas sim pela vantagem que a exploração econômica propiciava aos seus próprios objetivos estratégicos de poder no sistema mundial.

Inicialmente, Portugal, Reino Unido, França e outros países europeus, a partir das grandes navegações e do descobrimento da rota do Cabo da Boa Esperança, e mais tarde a Conferência de Berlim¹ (1884-1885) e a consequente Partilha da África, impuseram o colonialismo e o neocolonialismo, respectivamente, ao continente. Posteriormente, após as duas guerras mundiais e o estabelecimento da Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) passaram a exercer influência preponderante no futuro dos países africanos, por ação deles ou reação a eles.

No entanto, silenciosamente, países como Brasil, China e Índia, sempre estiveram presentes nos vácuos de poder político e econômico das grandes potências da Guerra Fria, em busca de oportunidades para uma inclusão mais competitiva no sistema internacional de Estados e maior participação no comércio mundial. Esse fato não deve ser encarado como novidade histórica.

No intuito de melhor compreender a atividade das principais economias do mundo na África, o objeto de pesquisa desse estudo está centrado nas ações estratégicas da China e do Brasil na África Austral, com destaque para a República de Angola, país de língua portuguesa e importante exportador de petróleo, com fortes laços históricos, sociais e econômicos com o Brasil.

¹ Dividiu os países da África entre as principais potências europeias da época, definindo fronteiras e áreas de influência. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/article/berlin-conference>>. Acesso em 15 jul. 2018.

A influência político-econômica da China na África e a sua rápida ascensão no cenário mundial, como força política, econômica e, mais recentemente, militar, ameaçam a unipolaridade atual do sistema internacional e podem causar impactos nos objetivos geopolíticos brasileiros para com o continente africano, em especial na África Atlântica e seus países de língua portuguesa, considerado entorno estratégico do Brasil, conforme a Política Nacional de Defesa (PND).²

Percebe-se, ainda, que a China estabeleceu uma arquitetura própria de relacionamento econômico com a África, um *design* que nem sempre atende à lógica capitalista de lucro e exploração econômica. Por isso, para compreender melhor suas ações, será empregada a lente teórica da geoeconomia. Pela primeira vez descrita por Edward Luttwak (1942-), em um artigo na revista *The National Interest*³, a geoeconomia seria a expressão da rivalidade entre Estados antagonistas por meio de instrumentos econômicos, em substituição aos instrumentos militares.

Sendo assim, o problema a ser estudado é se ocorre essa atividade geoeconômica da China na África, com foco em Angola, e qual o possível impacto dessas ações nos interesses geopolíticos do Brasil em seu entorno estratégico. Para tal, a hipótese central de pesquisa é que a China faz uso de ferramentas geoeconômicas para atingir seus objetivos geopolíticos em seu relacionamento com Angola. Como hipótese secundária, assume-se que essa atividade causa impacto negativo nos interesses geopolíticos do Brasil em seu entorno estratégico, no caso a costa oeste africana, em especial junto a Angola.

Portanto, o propósito do trabalho é posicionar-se a partir da perspectiva geoeconômica para analisar as relações entre China, Brasil e Angola, no período de 1975 a 2010, validar as

² A PND estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil nas esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Ela visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países liminhos da África, assim como a Antártica. Atribui prioridade especial aos países da África Ocidental e os de língua portuguesa, contexto em que se enquadra a República de Angola (BRASIL, 2008).

³ Fundada em 1985, a revista promove debates sobre os assuntos de interesse da política externa estadunidense por meio da análise das Relações Internacionais. Disponível em: <<http://nationalinterest.org>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

hipóteses formuladas e apresentar o possível desafio que se descortina para o atingimento da PND do Brasil. Sua relevância consiste em perceber as ameaças e oportunidades advindas deste cenário de relevante expansão econômica chinesa na África, para melhor planejar e adequar a política externa brasileira com os países da África Austral, Angola em destaque, essenciais para a promoção e a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).⁴

A metodologia utilizada será a confrontação da teoria com a realidade, por meio de um método dedutivo e de uma verificação bibliográfica e documental, instrumentalizando a teoria geoeconômica em busca de evidências observáveis para responder as questões formuladas.

Para atingir o que foi proposto, o trabalho divide-se em cinco capítulos:

Após a introdução correspondente ao primeiro capítulo, o capítulo dois tem como objetivo apresentar uma definição para a geoeconomia e expor elementos para compreendê-la.

O capítulo três explora o descolamento político chinês da ex-URSS, a fim de trilhar seu caminho próprio e original de desenvolvimento econômico-social, bem como a consistente história de atividades geoeconômicas da China na África Austral e em Angola, mesmo durante o período de instabilidade política da Guerra Fria e de incertezas com relação ao futuro de Angola, país arrasado pela guerra civil (1975-2002) iniciada após sua independência em 1975.

O capítulo quatro apresenta o contexto histórico da construção do pensamento geopolítico brasileiro sobre a África e o seu histórico relacionamento com Angola, bem como a importância deste continente para o seu desenvolvimento econômico, sua defesa e segurança. Por fim, o último capítulo apresenta as conclusões da pesquisa e sugere estudos futuros.

⁴ Criada pela resolução 4.111/86 da Assembleia Geral das Nações Unidas, por ações da diplomacia africano-brasileira, com o objetivo de fomentar o diálogo e a cooperação pacífica no âmbito da região sul-atlântica. Integram a iniciativa: Brasil, Argentina, África do Sul, Angola e outros países. O Embaixador Bernardo Pericás Neto foi o idealizador brasileiro da ZOPACAS, que foi aprovada pela maioria expressiva das maiorias, com apenas um voto contrário – o dos EUA – e a abstenção de Israel (VIEGAS FILHO, 2016, p. 15).

2 REFERENCIAL TEÓRICO: A GEOECONOMIA

Neste capítulo será relatado como nasceu o termo geoeconomia e apresentada uma definição operacional que vai orientar o uso deste referencial teórico ao longo do trabalho. Para melhor entendimento, serão definidos, de acordo com o Glossário do Ministério da Defesa (MD) do Brasil, termos como poder, estratégia e Poder Nacional, por estarem diretamente relacionados aos objetivos da geoeconomia quando esta é manipulada por um Estado Nacional soberano.

2.1 O Poder Econômico: Expressão do Poder Nacional

De acordo com o Glossário do MD do Brasil, o Poder Nacional⁵ manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica. Face o amplo espectro do Poder Nacional e sua centralidade para a compreensão dos efeitos da geoeconomia, nesse estudo serão abordadas as questões de poder⁶ dos Estados a partir dessa perspectiva, com foco nas expressões política e econômica.

Edward Luttwak, analista de estratégia, percebeu que na década de 1990, com a evolução das consequências do término da Guerra Fria, as disputas mais intensas entre os Estados migraram da expressão militar do Poder Nacional para a expressão econômica. Ele, então, ampliou a aplicação da estratégia, levando-a para as questões econômicas. No seu artigo para a revista *The National Interest*, em 1990: *From Geopolitics to Geo-economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce*, ele concebeu, pela primeira vez, o termo geoeconomia.

⁵ Poder Nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional (BRASIL, 2015, p. 212).

⁶ Poder é a capacidade de impor a vontade; uma conjugação interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance e preservação dos objetivos (BRASIL, 2015, p. 211).

Mais à frente, em 1998, ele prosseguiu a sua análise no livro *Turbocapitalismo*. Para ele, tanto o poder militar quanto a diplomacia clássica perderam sua importância, deslocadas que foram pelas rivalidades econômicas, que passaram a ocupar papel central na agenda das Relações Internacionais e no equilíbrio do poder relativo entre os Estados. De acordo com suas palavras,

Essa nova versão da antiga rivalidade entre Estados chamei de *geoconomia*. Nela, o capital de investimento para a indústria fornecido ou orientado pelo Estado equivale ao poder de fogo; o desenvolvimento de produtos subsidiados pelo Estado é o equivalente da inovação armamentícia (*sic*); e a penetração de mercado apoiada pelo Estado substitui as bases e as guarnições militares em território estrangeiro, assim como a influência diplomática. As mesmas coisas – investimento, pesquisa e desenvolvimento e campanhas de marketing – também são feitas todos os dias por companhias privadas por suas próprias razões puramente comerciais. Mas quando Estados intervêm para encorajar, auxiliar ou dirigir essas mesmas atividades, não é mais a economia “sabor baunilha” que está acontecendo, mas a *geoconomia* (LUTTWAK, 2001, p. 160).

A partir do estudo de Luttwak, o vocábulo se tornou habitual para formular hipóteses sobre a interferência de Estados soberanos nas relações financeiras e comerciais, domésticas ou internacionais, que normalmente seriam conduzidas pelas forças de mercado, sem intervenção estatal.

No entanto, muitas vezes, essa investigação *geoeconômica* ocorreu mediante uma diversidade de sentidos e termos (diplomacia econômica, geopolítica econômica ou simplesmente sem nenhuma ideia associada) que causa prejuízo à percepção do real valor do conceito de *geoconomia* e o quanto ela pode contribuir para as estratégias de um Estado em busca do fortalecimento das expressões política e econômica do seu Poder Nacional.⁷

Mais recentemente, em 2016, os autores estadunidenses Robert Blackwill⁸ e Jennifer Harris⁹ retomaram o estudo do conceito de *geoconomia*, a fim de buscar uma definição mais

⁷ Estratégia é a arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem (BRASIL, 2015, p. 109).

⁸ Robert Blackwill foi Embaixador dos EUA na Índia no período de 2001-2003, onde teve a tarefa de estreitar laços com a Índia em contraponto à ascendência chinesa no Sudeste Asiático. Menos de dois anos após deixar o cargo, os EUA assinaram o Tratado 123 com a Índia. Ele é pesquisador no *think tank Council on Foreign Relations* (CFR).

⁹ Jennifer Harris é pesquisadora do *Greenberg Center for Economic Studies*, que estuda como forças *geoeconômicas* e políticas interagem para moldar o mundo. A obra dos autores é: *War by other means: geoeconomics and statecraft*.

específica e preencher essa lacuna teórica. Sua definição busca capturar, mais compreensivamente, a potencial força transformadora deste fenômeno econômico e seus efeitos nos relacionamentos entre Estados no sistema internacional, principalmente quando o rival não percebe ou não faz uso semelhante desta ferramenta em uma disputa comercial ou política.

2.2 Uma definição para a Geoeconomia

No intuito de melhorar o ângulo de perspectiva, os autores, então, conclamam a adoção da seguinte definição operacional para geoeconomia: “Geoeconomia é o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, e para alcançar resultados geopolíticos favoráveis; bem como os efeitos das ações econômicas de um Estado sobre os objetivos geopolíticos de um outro Estado” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20, tradução nossa).¹⁰

Para melhor situar o leitor, é preciso discorrer sobre algumas teorias de Relações Internacionais que relacionaram economia e política para destacar o que a geoeconomia não é e, assim, qualificar seu aporte como nova e diferenciada ferramenta de análise. Primeiramente, faz-se necessário afirmar que a geoeconomia não é Economia Política Internacional (EPI). As três principais teorias de EPI são: o mercantilismo, o liberalismo econômico e o marxismo.

A geoeconomia, apesar de não excluir o comércio pelo comércio, não é uma teoria mercantilista, que busca uma balança comercial favorável, com o objetivo único de obter o maior excedente comercial possível e uma consequente acumulação de riqueza material nacional, em que a competição econômica entre os Estados é um “jogo de soma zero”, no qual o ganho de um Estado significa a perda do outro (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p. 265-266).

¹⁰ Original em inglês: “*Geoeconomics is the use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nation’s economic actions on a country’s geopolitical goals*”.

Contraditoriamente, a geoeconomia não necessariamente dependerá de ganhos econômicos relativos ao outro para surtir os efeitos políticos esperados. Por vezes, abdicar de receitas, de um *superávit* em uma relação econômico-financeira, produzirá maiores benefícios geopolíticos, normalmente de longo prazo. Certamente não é uma corrida ao ouro, ou de fato pela riqueza como tal, que move esta forma de rivalidade internacional (LUTTWAK, 1998, p. 171).

A geoeconomia também não é liberalismo econômico. Adam Smith¹¹ (1723-1790), pai do liberalismo econômico, acreditava que a interferência política e a regulamentação estatal são antieconômicas, regressivas e podem levar ao conflito (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p. 268-269). Na geoeconomia, o Estado é peça chave no direcionamento de investimentos de seus bancos e na condução da política de suas empresas (estatais e, até mesmo, não estatais). Na geoeconomia, o *laissez-faire*¹² não tem assento, pois os interesses nacionais são prioridade.

Luttwak continua sua análise, afirmando que a geoeconomia, em uma escalada de crise em um conflito comercial de empresas ou Estados, pode partir da ameaça e, inclusive, chegar ao ponto de interrupção total de relações comerciais, como uma alternativa para forçar o alinhamento de interesses econômicos e objetivos políticas entre atores estatais (LUTTWAK, 2012).

Em complemento, para diferenciação final da EPI, a geoeconomia não é marxismo.¹³ Este percebe as relações econômicas capitalistas como conflituosas, um lugar de exploração e desigualdade entre classes sociais. Assim como o mercantilismo, seria um “jogo de soma zero”, mas entre burguesia e proletariado (JACKSON; SØRENSEN, 2013, p. 280-281).

¹¹ Em sua obra *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations* (1776), Adam Smith se ocupou do estudo das causas que influenciam a produção e a distribuição da riqueza, se contrapondo ao mercantilismo e ao monopólio do comércio colonial (HUBERMAN, 1986, p. 134).

¹² Lema dos fisiocratas franceses, que pediam o fim das restrições impostas pela política mercantilista, defendendo o comércio livre e a inviolabilidade da propriedade privada e da vontade do indivíduo (HUBERMAN, 1986, p. 138).

¹³ Economia política do filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883), cujo ponto fundamental da sua doutrina é que o capitalismo se baseia na exploração do trabalho, expressa na teoria da mais-valia, que é medida da exploração do trabalhador no sistema capitalista (HUBERMAN, 1986, p. 220).

A geoeconomia não busca a abolição ou a reestruturação do capitalismo. Ela, repetidamente, explora o modo como ele organiza os meios de produção e a troca de mercadorias, principalmente perante a fase atual de preponderância do mercado financeiro global. A geoeconomia manipula o processo decisório estatal no sistema internacional, dependente de fatores econômicos, para maximizar o desenvolvimento do bem-estar social ou os ganhos políticos de seu próprio povo e Estado, ou seja, de seu Poder Nacional.

2.3 Geoeconomia e Geopolítica

Como percebemos, quem se propuser a explicar a geoeconomia pela ótica da EPI, não reconhecerá a geoeconomia, porque, como afirmam Blackwill e Harris, frequentemente a abordagem geoeconômica entra em atrito com os pressupostos econômicos e a lógica capitalista. Se, por um lado, a motivação comercial é o lucro, por outro, a motivação estatal é o poder no sistema internacional (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 24).

Por esse motivo, a geoeconomia, para ser reconhecida plenamente, deve ser associada à geopolítica, pois ela agrupa os instrumentos econômicos do Estado para, em substituição à força militar ou política de alianças, provocar novos alinhamentos no sistema internacional. Em decorrência, são motivadas mudanças de comportamento dos Estados, afetando o poder relativo de países e regiões geográficas no cenário mundial. Ela provoca um arrasto geopolítico. A mutualidade ocorre, ou por reação, onde a ação geopolítica é uma das opções para se contrapor à geoeconomia, ou por redistribuição de poder geopolítico, ao inserir novas áreas geográficas ou dinamizar antigas, antes desprezadas, na balança de poder das relações internacionais.

Portanto, para este estudo, será adotada a definição de geopolítica de Saul Cohen:

Geopolítica [...] é a análise da interação entre, de um lado, perspectivas e contextos geográficos e, de outro lado, processos políticos. Os contextos são compostos de padrões e características geográficas e regiões multicamadas que eles formam. Os processos políticos incluem forças que operam no nível internacional e aqueles que operam no nível doméstico que influenciam o comportamento internacional. Ambos os elementos geográficos e os processos políticos são dinâmicos, e cada um influencia e é influenciado pelo outro. A geopolítica estuda as consequências dessa interação (COHEN, 2015, p. 16, tradução nossa).¹⁴

A definição de geopolítica, neste capítulo teórico de geoeconomia, tem o objetivo de deixar claro que “argumentar que os Estados estão buscando mais e mais métodos econômicos para avançar seus objetivos geopolíticos não é sugerir que o recurso à pressão política e à força militar também não permanecem como ingredientes importantes por meio do qual muitos Estados perseguem objetivos geopolíticos” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 35, tradução nossa).¹⁵

Compreender a geoeconomia pressupõe relacioná-la à geopolítica, até porque, por vezes, a integração entre elas é tão intensa que será impossível distinguir quem produz os maiores efeitos, como no caso de uma operação naval de bloqueio a um porto para impor um embargo comercial, por exemplo (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 29).

No viés econômico, o diplomata brasileiro Braz Baracuhy¹⁶ também destaca que a geoeconomia e a geopolítica são dimensões integrais e complementares da Política Externa, principalmente em momentos de transição do sistema internacional, como ora observa-se, com a ascensão de novas potências econômicas, como a China e a Índia. Para ele, é necessário agregar à análise do mapa geopolítico do mundo os fatores geoeconômicos (BARACUHY, 2015).

¹⁴ Original em inglês: “*Geopolitics (...) is the analysis of the interaction between, on the one hand, geographical settings and perspectives and, on the other, political processes. The settings are composed of geographical features and patterns and the multilayered regions that they form. The political processes include forces that operate at the international level and those on the domestic scene that influence international behavior. Both geographical settings and political processes are dynamic, and each influence and is influenced by the other. Geopolitics addresses the consequences of this interaction*”.

¹⁵ Original em inglês: “*To argue that states are looking more and more toward economic methods of advancing their geopolitical aims is not to suggest that the potential use of military force does not also remain an important ingredient in how many states pursue geopolitical aims*”.

¹⁶ Braz Baracuhy é diplomata de carreira, secretário assistente de planejamento diplomático no Ministério das Relações Exteriores do Brasil e professor do Instituto Rio Branco, a academia dos diplomatas brasileiros.

Ademais, no viés político, está presente um dos aspectos que fazem a geoeconomia ressurgir com força para explicar os acontecimentos contemporâneos, na opinião de Blackwill e Harris: o retorno do capitalismo estatal. Como exemplo, os autores mencionam que as treze maiores empresas de óleo e gás do mundo são estatais, bem como 75% das reservas de energia do mundo (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 36).

De fato, o Estado é o cérebro da geoeconomia. O Estado pode articular, estimular e promover, propositalmente, interações econômicas que resultarão em consequências estratégicas, econômicas, políticas e de defesa positivas para o aumento das cinco expressões de seu Poder Nacional e, conseqüentemente, de seu poder relativo no sistema internacional. Seus bancos e empresas, mesmo abrindo mão do lucro ou do melhor negócio em um primeiro momento, ao sincronizar as suas estratégias com as do Estado, ocupam espaços no mercado internacional que, no longo prazo, trarão retorno econômico diferenciado.

Os instrumentos possíveis são diversos e operam coordenadamente. Eles podem prever cooperação técnica, ajuda humanitária, missões de paz, treinamento de pessoal, fornecimento de bolsas acadêmicas e programas de saúde para outro Estado. Essas atividades transferem, indiretamente, para um Estado menos desenvolvido, recursos não disponíveis para custeio da máquina pública, contribuindo assim para a estabilidade macroeconômica do país assistido.

Além disso, podem ocorrer também atitudes agressivas, por meio de uma gama de ações de política estatal, como sanções, taxaço, embargos, manipulaço de taxas de câmbio e subsídios estatais (NORRIS, 2018) para se contrapor aos efeitos negativos sobre seus objetivos geopolíticos. Blackwill e Harris acrescentam também planos econômicos, como o Plano Marshall para recuperação da Europa no pós-II Guerra Mundial (1939-1945), além de ciberataque a bancos

e empresas para causar confusão e roubar dados confidenciais, como possíveis ferramentas geoeconômicas (BLACKWILL; HARRIS, 2016).¹⁷

Esse estudo vai se limitar a abordar os seguintes instrumentos econômicos: o cancelamento ou renegociação de dívida externa; a ajuda técnica e empréstimos financeiros em troca de acesso a recursos energéticos e apoio político internacional; e acordos comerciais coordenados entre bancos, empresas e política externa de um Estado para garantir participação em determinado setor de mercado externo.

Nesses instrumentos está a acessibilidade do ferramental geoeconômico. A possibilidade de a atividade geoeconômica funcionar como alternativa à geopolítica para potências emergentes. Se a um Estado falta capacidade de projetar poder militar e político, um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU),¹⁸ ou mesmo a posse de armamento nuclear, ferramentas econômicas podem ser um caminho para promover sua política externa em prol de objetivos geopolíticos e realocação no sistema de poder mundial.

A geoeconomia, então, se implementada estrategicamente, por meio de um planejamento e reunião das forças econômicas do Estado, poderá promover e preservar interesses nacionais, influenciando a dinâmica dos elementos geográficos e processos políticos no sistema internacional de nações. O objetivo geoeconômico não é simplesmente atingir o mais alto padrão

¹⁷ O Fórum Econômico Mundial (FEM) adota a definição de geoeconomia proposta neste trabalho. O FEM inseriu a geoeconomia (juntamente com a inovação, migração, futuro da energia, inteligência artificial e robótica) como uma das tendências a serem analisadas na Quarta Revolução Industrial, por seu uso generalizado entre Estados e sua capacidade de promover uma revolução nos negócios conduzidos pelos países e instituições econômicas. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/archive/fourth-industrial-revolution>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

¹⁸ O CSONU é o órgão responsável pela defesa e segurança internacionais. Ele é composto por cinco membros permanentes, com poder de veto (EUA, China, França, Rússia e Reino Unido), além de dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Esse é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos devem aceitar e cumprir suas decisões. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

de vida possível, mas conquistar ou proteger papéis desejáveis na economia mundial, em prol dos objetivos nacionais (LUTTWAK, 2001).

Nesse capítulo foi apresentada a teoria da geoeconomia. Sua definição operacional indica a multidisciplinaridade do tema e sublinha a relevância da geopolítica, outro conhecimento mencionado. Nesse estudo, a combinação de ambas é primordial para a discussão da abrangência e utilidade da geoeconomia como ferramenta de apoio ao desenvolvimento econômico-social de um país e, também, se for este o objetivo nacional, de conquistar objetivos geopolíticos e de projetar poder.

Esse trabalho vai procurar reconhecer a atividade geoeconômica chinesa na África e em Angola, e sua conseqüente capacidade de alavancar o projeto de poder político do dragão chinês naquele continente e no cenário internacional, na medida em que sua longa e persistente atuação geoeconômica poderá resultar em maior influência diplomática e benefícios geopolíticos, impactando os interesses de outros países na região, principalmente o Brasil.

No capítulo seguinte, será examinado o desenvolvimento do relacionamento político-econômico da República Popular da China (RPC)¹⁹ com a África Austral, com destaque para Angola, no período de 1975 a 2010, a fim de procurar identificar ações e comportamentos chineses relacionados à geoeconomia.

¹⁹ Até 25 out. 1971, a China, na Organização das Nações Unidas (ONU), era representada pela República Nacionalista da China, estabelecida em Taiwan, mesmo derrotada e banida do território continental pela República Popular da China (fundada em 1º out. 1949, por Mao Zedong). Taiwan representou o povo chinês no CSONU, sendo reconhecida pela maioria dos membros da ONU como sendo “a China”. A resolução 2578 da Assembleia Geral, que teve o voto dos países africanos como fator primordial, mudou esse quadro e reconheceu a RPC como representante do povo chinês. O trabalho fará alusão ao Estado da RPC. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-decadas-onu-reconhece-china-como-representante-do-povo-chines-20348294>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

3 RELAÇÕES DA CHINA COM A ÁFRICA

Este capítulo relatará a aproximação estratégica da China com os EUA e com o continente africano, resultado da decisão estatal de trilhar caminho próprio de desenvolvimento, a partir do pragmatismo da política externa de Deng Xiaoping (1904-1997). Na segunda seção, será apresentado o seu alinhamento com os países do subsistema geopolítico da África Austral, em pleno processo de descolonização africano nos anos 1960-1970, e sua busca por espaços no mercado africano em meios aos vácuos de poder deixados pelos EUA e pela ex-URSS. Dentro desse contexto, na última seção, serão descritas ações chinesas entre 1975 e 2010 em Angola para verificar se fez uso de atitudes geoeconômicas e se os benefícios geopolíticos obtidos contribuíram para promover os interesses do país.

3.1 A China decide o seu caminho²⁰

Assim falou Kissinger sobre a liberdade de ação chinesa:

Emergindo em um mundo de duas superpotências nucleares, a China conseguiu, a despeito de sua insistente propaganda comunista, se conduzir essencialmente como um “agente livre” geopolítico na Guerra Fria. Diante de sua relativa fraqueza, ela desempenhou um papel totalmente independente e de enorme influência. A China passou da hostilidade a uma situação de quase aliança com os Estados Unidos e seguiu uma direção oposta em relação a União Soviética – indo da aliança à confrontação (KISSINGER, 2012, p. 79).

Realmente, da criação do Partido Comunista Chinês (PCC)²¹ até as lutas que, mesmo durante a II Guerra Mundial, levaram as ideias marxista-leninistas e o líder Mao Zedong²² (1893-

²⁰ Todas as citações de fontes chinesas foram coletadas já com o texto original traduzido para o idioma inglês.

²¹ O PCC foi criado em 1º jul. de 1921. É o maior partido governista do mundo, com mais de 89 milhões de membros. Disponível em: <<http://portuguese.xinhuanet.com/zt/sjd/Documentos.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

²² Há dois métodos de transliteração dos caracteres chineses para o alfabeto latino: método *Wade-Giles*, predominante até 1980, e o método *pinyin* adotado oficialmente pela RPC em 1979 e cada vez mais comum em publicações ocidentais e nos demais países asiáticos. Desde então, Mao Tsé-Tung se escreve Mao Zedong, assim como Pequim passou a Beijing (KISSINGER, 2012).

1976) ao poder da RPC em 1949, onde permaneceu até sua morte, em 1976, não havia indícios de um futuro político-econômico brilhante para a China. No entanto, sob a liderança pragmática de Deng Xiaoping (1978-1990), Presidente de fato da RPC, uma nova estratégia chinesa foi adotada.

Ao longo da segunda metade do século XX, a RPC, seguidamente, deu provas de que não compartilharia com os modelos ocidentais para buscar o progresso econômico. A expressão econômica, em especial, ganhou mais pragmatismo: “não importa a cor do gato, desde que cace ratos”, dizia Xiaoping, colocando a economia no comando, e não mais a política, como fazia Mao Zedong (BRAUTIGAM, 2009). O desenvolvimento econômico era prioridade, mesmo se ajustes ideológicos fossem necessários na expressão política marxista-leninista.

E o início dessa caminhada foi orientada mais pela vontade do que pelos meios disponíveis para superar os óbices de toda ordem. Para compreender melhor as ações deste que já foi o maior Império do Mundo,²³ é preciso reproduzir três ações estratégicas que definiram o caminho autóctone que a China decidiu trilhar no sistema internacional, a fim de cumprir um plano maior de desenvolvimento das expressões de seu Poder Nacional.

Primeiramente, no contexto da polarização ideológica, nos anos 1960, ocorreu o cisma sino-soviético, com o socialismo tomando diferentes direções nos dois países. Apesar dos intercâmbios técnicos para o desenvolvimento industrial da China e da assistência para a construção de bombas nucleares, na crise dos estreitos de Taiwan (1958), que suscitou hostilidades militares entre a China e os EUA, os líderes soviéticos recusaram-se a apoiá-la e logo depois revogaram a antiga promessa de lhes fornecer uma arma atômica (FAIRBANK; GOLDMAN, 2007).²⁴

²³ O Império da dinastia *Han* foi contemporâneo e maior que o Império Romano. A China, inquestionavelmente, foi outrora a maior civilização do mundo (FAIRBANK e GOLDMAN, 2007).

²⁴ Mesmo assim, perseguindo seus objetivos nacionais, em 16 out. 1964, a China detonou sua primeira bomba atômica, se tornando o quinto país a possuir o artefato nuclear, após EUA, ex-URSS, França e Reino Unido.

Em segundo lugar, ocorreu a aproximação chinesa aos EUA. Mao Zedong estabeleceu relações políticas com um adversário até então difamado: os Estados Unidos da América (KISSINGER, 2012). Ele se reúne com Richard Nixon, então Presidente dos EUA (1969-1974), em 15 jul. 1971. Logo depois, Xiaoping deu continuidade e proclamou uma política interna de reformas econômicas que exerceu efeito transformador sobre a China e o mundo (KISSINGER, 2012), se alinhando mais fortemente aos EUA, pois estes poderiam contribuir mais para seu desenvolvimento econômico que a ex-URSS, um Estado desacreditado na China após a crise de Taiwan.²⁵

No mesmo ano, em 1971, a China foi admitida na ONU como legítima representante do povo e território chineses, o que a inseriu efetivamente no CSONU e lhe garantiu poder de veto na instituição. A China, então, rompeu seu isolacionismo político, alcançou um nível mais elevado de poder relativo no cenário internacional e teve seu governo comunista reconhecido por outros países, o que lhe permitiu ampliar suas relações políticas e econômicas.

Em terceiro lugar, a estratégia mais relevante para esse estudo: a China Comunista defendia que a ajuda estrangeira a um país do Terceiro Mundo não ameaçasse as suas soberanias nacionais (CASTRO, 1981). Um processo que a própria China sofreu, mas que por ser um país de escala continental, impediu que fosse submetida a uma completa colonização (KISSINGER, 2012).²⁶

²⁵ Kissinger descreve que a China se via diante de 42 divisões soviéticas na sua fronteira norte depois de uma década de hostilidades mútuas e que ela tinha todos os motivos para explorar um sistema internacional alternativo no qual pudesse estar ancorada (KISSINGER, 2012). Por exemplo, a China não aderiu ao Pacto de Varsóvia, criado em 28 maio 1955 pela ex-URSS e países socialistas do Leste Europeu, a fim de contrapor-se militarmente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada pelos EUA e países da Europa Ocidental, em 4 abr. 1949.

²⁶ A Guerra do Ópio, desencadeada pelo Reino Unido, é um exemplo, com as imposições dos Tratados de Nanquim e Tianjin, determinando a abertura dos portos chineses aos produtos europeus e outras demandas colonialistas.

A Conferência de Bandung²⁷ foi o ponto de partida para a sua aproximação diplomática ao continente africano. Este evento foi um dos primeiros movimentos afro-asiáticos, com o mote do não-alinhamento, mas que evoluiu para a temática anti-imperialista. Além disso, seus participantes adotaram o conceito de “Terceiro Mundo”, o que permitiu um referencial ideológico para o alinhamento dos países menos desenvolvidos.²⁸

Enquanto defendia uma diplomacia de neutralidade e anticolonialista extremamente ativa, a China começou a construir sua credibilidade política e a ocupar espaços econômicos entre os países não-alinhados aos EUA e ex-URSS, em busca de desenvolvimento econômico mútuo, mas com respeito à autonomia política dos países africanos.²⁹

Deng Xiaoping, visando ao desenvolvimento econômico, explorou esta aproximação política aumentando a presença de empresas chinesas na África, buscando um “socialismo de características chinesas”, uma economia socialista de mercado, a fim de expandir seus mercados, melhorar o padrão de vida de sua população e manter a paz social e a governabilidade da China, um país com 56 etnias e aproximadamente 1 bilhão de habitantes em 1981.

Com isso, a economia chinesa começou a crescer rapidamente nos anos 1980, recessões econômicas desde então não foram nem longas, nem severas, e não houve sinais de desaceleração estrutural, mesmo com rápida expansão econômica (LUTTWAK, 2012). Para Brautigam (2009), o desenvolvimento econômico sustentado é o melhor antídoto para conflitos e instabilidade na China, um país de dimensões continentais.

²⁷ De 18 a 24 de abril de 1955, na Indonésia, com a presença de 29 países, sendo 6 da África (Egito, Etiópia, Costa do Ouro – atual Gana, Libéria, Líbia e Sudão), 15 da Ásia e 8 do Oriente Médio. O Movimento dos não-alinhados nasceu em 1961, na Conferência de Belgrado, inspirado por Bandung.

²⁸ Expressão criada pelo francês Alfred Sauvy, em 14 ago. 1952, em um artigo para o jornal francês *L'Observateur: Trois Mondes, Une Planète* (Três Mundos, um Planeta). O Terceiro Mundo seria formado por países subdesenvolvidos e explorados, Estados ignorados por capitalistas e comunistas (BRAUTIGAM, 2009).

²⁹ É neste contexto ideológico de Terceiro Mundo que nasce também a Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Mais tarde União Africana (UA), em jul. 2002.

Como afirmamos no capítulo dois, o Estado, diante da nossa definição operacional, é o cérebro da geoeconomia. Ele comanda as ações estratégicas, manipula e direciona as atividades econômicas de acordo com os interesses nacionais e seus objetivos geopolíticos. Mesmo em 2012, quase 40 anos após o pragmatismo inicial de Xiaoping, percebemos nas palavras do Presidente chinês Hu Jintao (2003-2013), ao fazer um balanço de seus 10 anos anteriores, a permanência da estratégia chinesa de desenvolvimento econômico-social:

Durante esses 10 anos, nós buscamos e fizemos o máximo dentro do importante período de oportunidades estratégicas para o desenvolvimento da China, enfrentamos grandes desafios com sucesso e colocamos o socialismo com características chinesas em um novo estágio de desenvolvimento. Enfrentando um ambiente global volátil e competição agressiva em todos as expressões do Poder Nacional antes nunca vista nesta nova fase do novo século, nós aprofundamos as reformas e a abertura e aceleramos o desenvolvimento. Nós encaramos a adesão a Organização Mundial do Comércio como uma oportunidade para reverter a pressão em motivação e desafios em oportunidades e avançamos rapidamente na construção de uma sociedade próspera, balanceada em todos os aspectos (CHINA. Discurso Presidencial no 18º Congresso Nacional do PCC, 2012, tradução nossa).³⁰

Verdadeiramente, Fiocca (2005) também destaca: “assinale-se uma característica importante da estratégia chinesa: o compromisso estratégico com o crescimento alto e sustentado”.³¹ Nos anos 1980, a taxa média de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 9,9 % a.a. Nos anos 1990, 10,3 % a.a. Em 2005, tinha 12 vezes a dimensão que tinha em 1978, sendo a 6º economia do mundo (FIOCCA, 2005).

Luttwak reforça esta ideia e diz que é largamente acreditado que o futuro do mundo será moldado pelo crescimento da China, isto é, pela continuidade do seu fenomenal crescimento

³⁰ Original em inglês: “*During these ten years, we have seized and made the most of the important period of strategic opportunities for China’s development, successfully met major challenges and brought socialism with Chinese characteristics to a new stage of development. Facing a volatile global environment and fierce competition in overall national strength unseen before in this new stage in the new century, we have deepened reform and opening up and accelerated development. We took China’s accession to the World Trade Organization as an opportunity to turn pressure into motivation and turn challenges into opportunities, and we have forged ahead in building a moderately prosperous society in all respects*”. Disponível em: <http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27137540.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018

³¹ Demian Fiocca, economista, foi Presidente (mar. 2006- maio 2007) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

econômico e o que vem com esse crescimento: uma crescente influência em assuntos mundiais e regionais (LUTTTWAK, 2012). Ou seja, o caminho de uma grande potência.

3.2 Somos todos Terceiro Mundo

A independência da África não apresentou condições mínimas para uma autonomia econômica dos países de Terceiro Mundo africanos. E sua dependência não era apenas econômica, mas também de assistência técnica do exterior (CASTRO, 1981), pois a maioria dos colonos retirava-se, privando os novos Estados de capitais, técnicos e administradores (VISENTINI, 2012).³² Além disso, a descolonização ocorreu em paralelo ao contexto da polarização ideológica da Guerra Fria. É nessas circunstâncias que a presença da China na África começa a ser registrada.

Uma vantagem geopolítica para a China era o fato de EUA e a ex-URSS, na conjuntura das independências da ex-colônias africanas, desconhecerem a realidade africana, pois estavam mais direcionados à Ásia e à Europa, cenários estratégicos do confronto bipolar (VISENTINI, 2012). Por serem seus interesses na África secundários, a China penetrou nos mercados africanos, a partir dos interesses compartilhados com os países do Terceiro Mundo, desde a Conferência de Bandung.

Brautigam (2009) prosseguiu e revelou a consistência dessa política ao afirmar que o auxílio e cooperação econômicos chineses diferiam no conteúdo e na prática dos tradicionais doadores europeus e estadunidenses. São mais simples, influenciados pela sua própria experiência de desenvolvimento e por atender as solicitações dos interessados, com ênfase na infraestrutura, de forma a reduzir os altos custos de produção. Essa atitude conferiu credibilidade e boa hospitalidade

³² Paulo Fagundes Visentini é professor titular de Relações Internacionais da UFRGS, Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e fundador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA).

aos chineses (BRAUTIGAM, 2009). E foi na África Austral que a China fincou inicialmente sua bandeira vermelha.

O subsistema geopolítico da África Austral³³ se reveste de importância política, por abrigar o país mais próspero e influente do continente, a África do Sul. Ademais, destaca-se sua importância geográfica, pela passagem da Rota do Cabo da Boa Esperança, que teve sua relevância estratégica ressaltada durante o fechamento do Canal de Suez, entre 1967 e 1975 (CASTRO, 1981).

Na África Austral, que engloba os antigos domínios de colonização inglesa e as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique, temos Tanzânia e Zâmbia,³⁴ por exemplo, dois países que se tornaram independentes na década de 1960, e que receberam a pioneira ajuda técnica e investimento financeiro chineses (BRAUTIGAM, 2009).

O Dr. Kenneth Kaunda, Presidente da República da Zâmbia (1964-1991), queria construir uma ferrovia³⁵ para escoar sua produção de cobre para um porto do litoral. Após consultar o Banco Mundial em 1964, recebeu a proposta de construção de uma rodovia, mais viável economicamente. Kaunda não concordou e consultou, em 1966, o Reino Unido e o Canadá para financiar e executar o projeto, de quem recebeu também a negativa dos valores para a empreitada. Kaunda, então, se inclinou para o socialismo, se alinhando com a China. Logo, com efeito, os dois países assinaram, em 5 set. 1967, em Beijing, o acordo para a construção da sonhada ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) (BRAUTIGAM, 2009).

³³ Visentini (2012) divide o continente africano em três subsistemas geopolíticos: o transaariano (Estados árabes do Mediterrâneo, os do Sahel (faixa sul do deserto do Saara), os do Golfo da Guiné e do Chifre da África), a África Central (Camarões ao Quênia, e República Democrática do Congo ao centro) e a África Austral.

³⁴ Tanzânia, na África Oriental, se tornou independente em 1961, ao passo que a Zâmbia, na África Austral, em 1964. Tanzânia, em especial, terá papel relevante na organização de votos para colocar a RPC na ONU em 1971. A credibilidade política adquirida abriu portas para a China em mais 13 países africanos (BRAUTIGAM, 2009).

³⁵ A ferrovia TAZARA, chamada pelos chineses de “Arco-Íris da Amizade”, possui 1860 km de extensão, entre Zâmbia e o porto de Dar es Salaam, na Tanzânia. A obra foi entregue em 14 jul. 1976, cinco anos após iniciada. Com a ferrovia, a Zâmbia se livrou da dependência do Zimbábue e da África do Sul para escoar sua produção de cobre. Disponível em: <<http://www.theheritageportal.co.za/article/tanzania-zambia-railway>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Ao fornecer recursos financeiros, alocar mão-de-obra chinesa e assumir os riscos desse que era o terceiro maior projeto de engenharia em execução na África, sem demandas políticas, e ainda antecipar em dois anos a entrega da ferrovia, os chineses ganharam prestígio político no continente, colocando estes dois países em sua esfera de influência e despertando a atenção de outros, pois os países africanos viviam situações semelhantes pós-descolonização (BRAUTIGAM, 2009).³⁶

Além das ações reais e efetivas de apoio econômico, comparando-se aos EUA e à ex-URSS, a China não aparentava ser um inimigo, ou novo tipo de instrumento de colonialismo coletivo, dedicado à preservação do sistema capitalista e das hierarquias de poder representadas nele, maneira pela qual os países menores e mais pobres, como os africanos, percebiam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (STRANGE, 1996; VISENTINI, 2012).

Por conseguinte, os investimentos e financiamentos chineses, ao suprir as necessidades de infraestrutura dos Estados recém-independentes, tiveram papel anticíclico, eliminando gargalos de logística, destravando o potencial de crescimento da atividade econômica e melhorando o desempenho geral da economia, em um momento histórico de extrema incerteza quanto aos rumos dos Estados africanos (FIOCCA, 2005).³⁷ A China, então, aumentou a capacidade dos africanos em estabelecer relações comerciais com ela mesma, em outros setores da economia (para visualizar o aumento de importações de Angola, ver GRÁFICO 1, ANEXO B).

³⁶ Neste acordo, já se percebia o interesse geopolítico chinês, pois fazia parte da luta para convencer cada novo governo independente africano a reconhecer Beijing, na ONU, como a “China” e não Taiwan (BRAUTIGAM, 2009).

³⁷ Durante palestra no Fórum Nacional (2005), ao falar de desafios para o desenvolvimento do Brasil, Fiocca fez observações sobre a importância da infraestrutura como elemento de impulso ao desenvolvimento. Nos apropriamos desta ideia para associá-la à importância dos investimentos chineses na África.

E então, de acordo com Visentini (2012), ocorreu um evento-chave para a China. Em 1989, após o massacre na Praça da Paz Celestial,³⁸ a China recebeu o simbólico retorno político da África, colhendo frutos inesperados de seu suporte econômico, com manifestações de apoio por parte de angolanos e namibianos, por exemplo, mesmo perante a condenação da ONU pela violação de direitos humanos. Dessa forma, a China passou a encarar a África de outra forma, aumentando as relações comerciais e diplomáticas, em prol de uma aliança política que lhe serviria de sustentação, principalmente na ONU, mas também para a questão de sua soberania sobre Taiwan (VISENTINI, 2012).

Este aumento de relacionamento político levou, no ano 2000, à criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC),³⁹ com o objetivo de desenvolver uma renovada aliança estratégica sul-sul,⁴⁰ fundamentada na igualdade política, na confiança recíproca e na cooperação econômica *win-win*, o que aumentou a presença chinesa, discretamente e qualitativamente, na África (VISENTINI, 2014).

O crescimento rápido da economia chinesa ao longo dos anos 2000, a taxas em torno de 10% ao ano, permitiu aos países africanos um amplo mercado para produtos minerais e petróleo, os principais na pauta de exportação da África para a China. Os cinco principais países africanos exportadores para a China (Angola, África do Sul, Sudão, Líbia e Congo), em 2010, corresponderam a 77,67% das exportações totais da África para a China, dominadas, em grande medida, pelo petróleo (MENEZES, 2013).

³⁸ Ocorreu em 4 jun. 1989, quando o governo chinês encerrou, com violência, uma manifestação contra a corrupção e por liberdade e democracia no país. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1989-massacre-na-pra%C3%A7a-da-paz-celestial/a-567775>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

³⁹ Enquanto isso, a capa da revista *The Economist*, em sua edição de 13 maio 2000, estampava o título *The Hopeless Continent* (O continente sem esperança), em referência à África, ainda sem perceber o impacto da presença chinesa no continente ignorado.

⁴⁰ Menezes (2013) considera o FOCAC o principal mecanismo político-diplomático entre China e África. Ele alerta que as relações sino-africanas devem ser acompanhadas pelo Governo, Academia, imprensa e setores empresariais do Brasil para a proteção dos interesses brasileiros, tanto com a China, quanto com a África.

Além disso, em 2001, ocorrem dois eventos econômicos que reforçam a liderança e ascensão econômica chinesa no cenário internacional. No dia 11 dez. 2001, após 15 anos de negociações, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC),⁴¹ mesmo sendo considerada uma economia de não-mercado.⁴² A entrada da China na OMC e o reconhecimento dos países de seu status de economia de mercado impulsionaram rapidamente o relacionamento, visto que diversos Estados abandonaram o questionamento das práticas comerciais chinesas (PECEQUILO, 2013, p. 109).

O outro acontecimento é a gênese do acrônimo BRIC (O'NEILL, 2001), sem a África do Sul.⁴³ Brasil, Rússia, Índia e China, habilmente, exploraram a oportunidade para criar uma cúpula de cooperação econômico-financeira e política e aumentaram sua influência junto a países em desenvolvimento. A primeira reunião dos países ocorreu em 2009. No entanto, a China, com extrema habilidade diplomática, convidou a África do Sul, maior economia do continente africano, para se juntar ao grupo no ano de 2010 (o ingresso ocorreu em 2011), reforçando sua credibilidade e liderança no continente africano.⁴⁴

O ingresso da África do Sul na entidade, que passou a se chamar BRICS, não pode ser entendido sem vislumbrar a estratégia histórica e permanente da China no continente africano, em especial, na África Austral e Atlântico Sul, importante polo econômico do continente e rota

⁴¹ A OMC é uma Organização Intergovernamental de atuação global e propósito único. Ela sucedeu o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) na regulação dos acordos que regem o comércio mundial.

⁴² A economia de mercado confia nas forças de mercado para determinar o nível de produção, consumo e investimento, sem intervenção do governo. Já na economia de não-mercado, o governo busca controlar a atividade econômica por meio de planejamento central para alocar recursos produtivos. O poder público, por meio de plano econômico nacional, manipula preços, alocação de investimentos e outros fatores econômicos. Disponível em: <<https://www.asycuda.org/cuglossa.asp?term=market+economy>>. Acesso em 16 jun. 2018.

⁴³ Em 30 nov. 2001, a *Goldman Sachs*, firma de investimento global e consultoria financeira, emitiu um relatório considerando que as economias emergentes de Brasil, Rússia, Índia e China, juntos, cada vez mais corresponderiam a parcela maior do PIB mundial. Disponível em: <<https://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁴⁴ Informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

marítima alternativa ao Atlântico Norte. A lógica econômica chinesa, mais uma vez, fez um cálculo diferente daqueles realizados pelos *policymakers* do Atlântico Norte (VISENTINI, 2014). Ademais, é preciso anotar, mais uma vez, que o Ocidente excluiu a África de suas análises de potencial de crescimento econômico e inclusão na economia global.

Conforme discurso que comemorou o 50º aniversário de inauguração das relações diplomáticas entre China e países africanos (em 1956, com o Egito), durante reunião do FOCAC, percebemos a importância política da África para a China:

Nós nunca esqueceremos as grandes contribuições que os países africanos fizeram para ajudar a restaurar o assento legítimo da República Popular da China nas Nações Unidas. Nós nunca esqueceremos o forte apoio dado pelos países africanos para a China ao derrotar resoluções anti-China onze vezes na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Nós não esqueceremos que os países africanos apoiaram o princípio de uma China e apoiaram a reunificação da China ao se opor pela inclusão na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas das propostas de Taiwan em retornar a sua participação na ONU por treze vezes no Comitê de Assuntos Gerais da Assembleia Geral das Nações Unidas e repetidamente refutar tentativas de Taiwan para entrar em instituições internacionais onde a soberania estatal é requerida. Também não esqueceremos o apoio fornecido pelos países africanos em muitas questões, incluindo a votação para sediar as Olimpíadas de 2008 em Beijing [...] (CHINA. Discurso de Representante no FOCAC, 2006, tradução nossa).⁴⁵

E, em benefício mútuo, para a África, o apoio chinês agrega um parceiro de peso na busca por maior participação nos fóruns internacionais. Exemplo disso é que, sendo a China um membro permanente do CSONU, os países africanos não se sentem mais abandonados, pois têm um aliado de peso contra algumas iniciativas ocidentais desfavoráveis aos Estados africanos (VISENTINI, 2014).

⁴⁵ Original em inglês: “*We will never forget the great contributions that African countries made in helping restore the legitimate seat of the People's Republic of China in the United Nations. We will not forget the strong support given by African countries to China in defeating anti-China draft resolutions eleven times in the UN Human Rights Commission. We will not forget that African countries uphold the one-China principle and support the reunification of China by opposing the inclusion in UNGA's agenda of the so-called proposals on Taiwan's return to or participation in the UN thirteen times at the UNGA General Affairs Committee and repeatedly rejecting attempts made by Taiwan to squeeze into international institutions where statehood is required. Nor will we forget the valuable support rendered to China by African countries on many issues including in its bid for the 2008 Olympics in Beijing [...]*”. Disponível em: <<http://www.chinaconsulatesf.org/eng/xw/t230905.htm>>. Acesso em 27 maio 2018. Registra-se que a disputa pelos Jogos de Verão de 2008 ocorreu em 2001, por meio de votação secreta.

3.3 O momento perfeito para estar em Angola

Dentre os diversos países onde a China investiu em meio às incertezas políticas e riscos econômicos, esteve a República de Angola. Ex-colônia da República Portuguesa, foi importante elemento na política mercantilista de Portugal, principalmente pelo mercado de escravos negros. Angola se tornou independente em 1975. De acordo com Visentini (2012), a independência de maior impacto internacional da África portuguesa foi a de Angola, país com maiores potencialidades econômicas: petróleo, ferro, diamantes, minerais estratégicos e produtos agrícolas.

Sua importância geopolítica, reduzida com o fim do tráfico negreiro, foi redescoberta em 1955,⁴⁶ com a primeira descoberta de petróleo no continente, em Kwanza, nas proximidades da capital Luanda. Logo depois, em 1962, descobriu-se petróleo no mar, em Cabinda,⁴⁷ cuja descoberta levou as reservas de petróleo do país a um nível estratégico. Em 1973, o petróleo tornou-se a espinha dorsal da expressão econômica do seu Poder Nacional, seu principal produto de exportação, ainda colônia. Cohen (2005) defende que o petróleo catapultou Angola para uma proeminência geopolítica na África.

A China iniciou seu envolvimento com Angola ainda nas guerras de independência contra Portugal, nos anos 1960, apoiando financeiramente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), quando este movimento começou a liderar as lutas anticoloniais. Outro movimento, que também buscava a independência, era a Força Nacional de Libertação de Angola

⁴⁶ O crescimento exponencial do petróleo veio em 1930, com a invenção do motor a explosão, que deu origem à chamada II Revolução Industrial. Derivados como gasolina e óleo diesel passaram a ser usados como combustível para os meios de transporte, transformando o petróleo na principal fonte da matriz energética mundial (ANEEL, 2008).

⁴⁷ Cabinda é um território de Angola. Mais precisamente, um importante enclave ao norte de seu território. Disponível em: <http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province_more&co=218&tp=25&LG=1>. Acesso em: 10 maio 2018.

(FNLA), liderado por Holden Roberto (MORETTI, 2009). A China, repentinamente, mudou seu apoio para Roberto, por acreditar nas suas maiores chances de vitória.

No entanto, em meados dos anos 1960, mudou novamente de lado, para apoiar a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), movimento liderado por Jonas Savimbi.⁴⁸ E então, nos anos 1970, muda novamente o apoio para Roberto. No final, a China ficou do lado perdedor, pois logrou êxito a MPLA. Isso explica o hiato no relacionamento sino-angolano, quando da independência, em 1975 (MALAQUIAS, 2011).

Angola adquiriu independência, mas o país mergulhou em uma guerra civil (1975-2002), principalmente por rivalidades entre UNITA e MPLA. A primeira mantinha sua capacidade de guerrilha por controlar áreas de minas de diamantes, e a segunda por controlar a capital e o litoral, com a produção de petróleo (VISENTINI, 2012). Além disso, a MPLA foi apoiada por ex-URSS e Cuba,⁴⁹ enquanto a UNITA por EUA e África do Sul, principalmente. Angola, além do desentendimento de seus movimentos nacionalistas, sofreu também o contexto da Guerra Fria.

A guerra civil somente terminou em 2002, com a morte de Savimbi em combate e com a infraestrutura do país completamente destruída.⁵⁰ O governo de Angola, nesse momento, esperava que a solidariedade internacional fosse traduzida em ofertas concretas de assistência financeira, pois precisava iniciar a colossal tarefa de reconstruir o país. O governo, então, solicitou uma conferência de doadores após a guerra, mas ela não foi apoiada por países ocidentais, posto que eles exigiam maior transparência no gerenciamento dos recursos naturais do país

⁴⁸ Savimbi fazia parte do movimento de Holden Roberto, mas deixou a FNLA em 1964. Foi para a China e recebeu treinamento militar na Academia Militar de Nanjing. Ele criou a UNITA em 1966 (MALAQUIAS, 2011).

⁴⁹ Cuba teve papel primordial na independência de Angola. Fidel Castro, presidente cubano, em 1964, na Declaração de Santiago, declara o direito do povo de Cuba de ajudar a luta revolucionária dos povos do mundo, principalmente os de Terceiro Mundo (VISENTINI, 2012).

⁵⁰ Neste momento, para se ter ideia das forças em oposição, 80.000 soldados da UNITA depõem as armas e são integrados à sociedade. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

(MALAQUIAS, 2011). A aproximação política (QUADRO 1, APÊNDICE D) e a chegada dos investimentos chineses teve um impacto decisivo para a economia angolana (VISENTINI, 2012).

O rápido crescimento econômico era imperativo para garantir estabilidade política e coesão social ao país. Com isso, a China se tornou um parceiro estratégico global ideal nesta fase particular da história do país, pois não demandou transparência governamental como condição essencial para a assistência financeira (MALAQUIAS, 2011), bem como qualquer exigência política e econômica estrutural para que se construísse a parceria estratégica (PECEQUILO, 2013).

Mais uma vez, é possível identificar benefícios mútuos nessa aproximação. Os cálculos chineses foram baseados na avaliação do potencial de Angola, especialmente como fornecedor de matérias-primas, mas também pela sua posição estratégica tanto na África Central quanto na Austral, e a probabilidade de Angola exercer um papel futuro de liderança em uma ou outra, ou ambas as regiões (MALAQUIAS, 2011, p. 10).

Logo, foi a China, com o presidente Jiang Zemin (1993-2003), que permitiu a Angola iniciar seu massivo programa de reconstrução pós-conflito, por meio de sua política externa de posicionar a China como um ator central na fase da globalização, ao estender suas relações comerciais pelo mundo (MALAQUIAS, 2011). Os ajustes em Angola foram com recursos chineses e não com planos de ajuste patrocinados pelo FMI e Banco Mundial (VISENTINI, 2012). Isso ocorreu em uma época em que Angola era evitada por investidores, consequentemente ficando excluída das rotas do comércio internacional e dos fluxos de investimentos (STRANGE, 1996).

Jonuel Gonçalves comenta que, após a superação da guerra civil em 2002, nenhum projeto empresarial de alcance podia ser concebido em Angola sem que criassem suas próprias

fontes de abastecimento de água e de eletricidade (GONÇALVES, 2009).⁵¹ O que afastou investidores, nessa situação caótica, aproximou ainda mais a China, que assumiu riscos, mas estabeleceu fortes relações político-econômicas com um país com enorme potencial de crescimento e fonte de recurso energético estratégico: o petróleo.

Além disso, os investimentos chineses eram mais diversificados que os do Ocidente, principalmente em infraestrutura, normalmente uma ação estatal (BRAUTIGAM, 2009). Visentini detalha esta diversificação:

Diversos prédios públicos foram construídos, bem como estádios de futebol, usinas de produção de energia, estradas, escolas e centros de desenvolvimento agrícola. Hospitais também foram construídos pelos chineses, que têm fornecido capacitação e formação para médicos [...]. A construção de infraestrutura e capacitação de profissionais africanos são aspectos fundamentais nas relações sino-africanas, uma vez que vão ao encontro dos anseios africanos de modernidade e dignidade, pouco enfatizados pela visão ocidental (VISENTINI, 2014, p. 46).

Essa ajuda técnico-econômica fazia parte de uma estratégia, bem pensada e de longo prazo, que se configurou na expressão *Going Global*, nascida em 1999, com o objetivo de expandir a atuação de suas jovens empresas e torná-las corporações multinacionais no mercado globalizado (BRAUTIGAM, 2009, p. 78).⁵² Essa ideia esteve alinhada com as necessidades de recursos para alimentar o rápido crescimento chinês, que potencializou a demanda por recursos naturais e energéticos. Brautigam (2009) destaca um tríplice objetivo nas ações da RPC: diplomacia estratégica, benefício comercial e difusão de valores e ideologias da sociedade chinesa.

À semelhança do que ocorreu com a construção da ferrovia TAZARA, a China também investiu na reconstrução da ferrovia de Benguela, em Angola, destruída durante a guerra civil (FIG. 1, ANEXO A). Um empréstimo de US\$ 2 bilhões, em 2004, proveniente do *Export-Import Bank*

⁵¹ Jonuel Gonçalves é economista, professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador, e pesquisador do Centro de Estudos da Educação e Desenvolvimento em Ondjiva, Angola.

⁵² Estratégia *Going Global*. Disponível em: <<https://policyn.com/wp-content/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

of China (*China EximBank*), permitiu reconstruir a ferrovia e outros sistemas da infraestrutura de Angola. O pagamento do empréstimo foi condicionado a cotas de petróleo, o chamado *Angola Mode*.⁵³ Também nesse caso, a exemplo do que ocorreu com a ferrovia TAZARA, o FMI rejeitou o suporte financeiro a Angola, que teve que se voltar para o apoio chinês (CORKIN, 2013).⁵⁴

A ferrovia faz parte do sistema de infraestrutura denominado *Lobito Corridor*.⁵⁵ O porto de Lobito também foi modernizado e expandido por uma empresa chinesa em associação com o Governo de Angola, por meio da construção de um terminal de óleo, um de mineral e outro de container (DUARTE; SANTOS; TJØNNELAND, 2014). Quando Malaquias (2011) diz que Angola pode prover uma importante porta de entrada para as imensas riquezas minerais da África Central e Austral, o *Lobito Corridor* é um dos elementos centrais desta infraestrutura regional.

Por outro lado, os empréstimos chineses ajudaram a China a penetrar no disputado mercado de exploração de petróleo de Angola.⁵⁶ As primeiras ações neste sentido começaram em 2004, quando a sua empresa estatal de petróleo *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC) comprou 50% do bloco 18 pela cifra declarada de US\$ 725 milhões, coincidindo com o desembolso da primeira parcela do financiamento do *China Eximbank* para a ferrovia de Benguela (CORKIN, 2011).⁵⁷

⁵³ Os modelos de acordos de financiamento tendo exportações de produtos como garantia ficaram conhecidos como *Angola Mode* e representam mais um modelo de negócio explorado largamente pela China. Se tornou um *modus operandi* pela capacidade de Angola em pagar com recursos naturais, em especial com petróleo (CORKIN, 2013).

⁵⁴ A ferrovia foi entregue em 2014. Disponível em: <<http://www.theheritageportal.co.za/article/benguela-more-just-current>>. Acesso em: 19 maio 2018.

⁵⁵ O principal componente do multimodal de Lobito é a ferrovia de Benguela, que se estende por 1344 km e compreende também portos, aeroportos, estradas e plataformas logísticas (por exemplo, armazéns). Ele é visto pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com grande capacidade de promover o desenvolvimento da região austral da África. A ideia futura é transformá-lo em um *hub* logístico continental, ligando o Atlântico ao Índico (DUARTE; SANTOS; TJØNNELAND, 2014).

⁵⁶ Menezes reforça a percepção de que, em Angola, as empresas chinesas obtiveram fatia de produção de petróleo em troca de pacote de investimentos (construção de pontes e ferrovias) combinados com programas de ajuda ao desenvolvimento sem condicionalidades (2013, p. 123).

⁵⁷ O *China Eximbank* foi estabelecido em 1994, como um dos três principais *policy banks* da China, juntamente com o *China Development Bank* (CDB) e o *Agricultural Development Bank of China*. Em 2007, o *China Eximbank* se tornou a maior agência exportadora de créditos do mundo (BRAUTIGAM, 2009, p. 111-113). Além disso, o CDB

Essa compra foi marcada pela controvérsia, pois a *Shell* estadunidense, detentora anterior do bloco, havia assinado um contrato de compra com uma companhia indiana. No entanto, a empresa estatal angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) recusou o acordo. O bloco foi concedido para a SINOPEC. Depois, nos anos 2004-2005, a SONANGOL não renovou o contrato da companhia francesa TOTAL para um outro bloco (3/80), também adquirido pela SINOPEC (para compreender a divisão da área a ser explorada em blocos, ver FIG. 3, ANEXO A).⁵⁸

Tudo isso ocorreu, como dito, coincidentemente, em meio ao anúncio do projeto do *China Eximbank* para financiar a reconstrução da ferrovia de Benguela. Particularmente, como essa era a estreia de uma companhia de óleo nacional chinesa no que era considerado um país estratégico africano, acredita-se que o *China Eximbank*, indiretamente, apoiou as aquisições da SINOPEC com a provisão daqueles financiamentos (BRAUTIGAM, 2009; CORKIN, 2011). Corkin (2011) afirma ainda que, entre 2004 e 2010, o *China Eximbank* ofereceu linhas de crédito de US\$ 10,5 bilhões para Angola, tendo como garantia petróleo, ou seja, por meio do *Angola Mode*.

A aposta da SINOPEC, em se alinhar com a SONANGOL, se revelou extremamente acertada, pois a produção de petróleo angolana aumentou consideravelmente (FIG. 2, ANEXO A). Nos 2000, Angola ultrapassou a Arábia Saudita como maior fornecedor de petróleo para Beijing

se posicionou entre os 50 maiores bancos do mundo, em 2010, de acordo com a TAB. 2, APÊNDICE B, e a SINOPEC se tornou a 5º maior empresa do mundo em 2011, de acordo com a TAB. 1, APÊNDICE A. Com seus próprios bancos de investimentos, a China direcionou os seus recursos para as suas empresas e para a África, aumentando o seu capital político no continente.

⁵⁸ De acordo com a Agência Nacional de Petróleo do Brasil (ANP, 2012), os contratos para exploração e produção são constituídos de duas fases: exploração e produção. A fase de exploração precede a fase de produção e tem por objetivo descobrir e avaliar jazidas de petróleo. Nessa fase, normalmente por meio de contratos de risco de longo prazo, são desenvolvidas atividades de geologia e geofísica, além da aquisição de dados sísmicos e geoquímicos para dimensionar o volume das reservas existentes. Inclusive, as descobertas podem resultar na inviabilidade econômica da área descoberta. No caso em questão, a China deixou de correr este risco, por receber reservas provadas, com blocos de comercialidade comprovada. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/fase-de-exploracao>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

(VISENTINI, 2014). E, em 1º jan. 2007, Angola foi admitida na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).⁵⁹ A China, então, passou a ter um parceiro estratégico presente na OPEP, importante elemento na balança de preço do produto estratégico que é o petróleo.

Outro aspecto relevante é o fato de a China ter renegociado e reestruturado, no âmbito político, a dívida externa angolana e de diversos países africanos entre os anos de 2000 e 2006. Somente não receberam tal benesse aqueles países que não apoiaram a política *One China Policy* (BRAUTIGAM, 2009).⁶⁰ No caso específico de Angola, os valores não foram revelados e ocorreram em meio às negociações de assistência financeira para a reconstrução do país e ao aumento de participação da SINOPEC no mercado de petróleo angolano.

Brautigam afirma que a China é muito ativa nas áreas africanas ricas em recursos, e que o interesse neles é muito claro. No entanto, dizer que os chineses estão somente interessados nestes recursos energéticos e naturais ignora diversos fatos. A China fornece empréstimos e ajuda financeira a qualquer país que segue a sua política de *One China Policy* (BRAUTIGAM, 2009).⁶¹

Todas essas ações citadas configuram atividades econômicas amplas e profundamente coordenadas com objetivos políticos. Nem sempre isenta de riscos e prejuízos financeiros, mas sempre permitindo a permanência no relacionamento político-econômico com Angola e a expansão das atividades de bancos e empresas chinesas no país. Sob o manto da cooperação sul-sul e dos benefícios mútuos entre países de Terceiro Mundo, o Poder Nacional da RPC ganha credibilidade e força na África, em organismos internacionais e no sistema internacional de Estados.

⁵⁹ OPEP é uma organização intergovernamental, criada em 1960, por Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela, quando eram responsáveis por parcela superior a 80% das exportações mundiais de petróleo. Seu objetivo é coordenar e unificar políticas de petróleo entre seus Estados Membros. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OB022007.pdf>. Acesso em 23 maio 2018.

⁶⁰ Política que busca o reconhecimento de Taiwan como território chinês e não um Estado independente. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/china-taiwan-relations>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

⁶¹ Brautigam (2009) afirma que as três instituições centrais de auxílio financeiro chinesas são: Ministério do Comércio, Ministério de Relações Exteriores e o *China Eximbank*, o que revela a sincronização de interesses do país.

4 O HISTÓRICO RELACIONAMENTO BRASIL-ANGOLA E O DESAFIO DA PRESENÇA ECONÔMICA CHINESA

Este capítulo, na primeira seção, abordará brevemente a história do Brasil com Angola, de modo a realçar o relacionamento histórico e político-econômico com esse país, iniciado ainda quando eram colônias portuguesas e que sofreu a interferência dos interesses de outras potências mundiais, dificultando, e até inviabilizando, o comércio e o relacionamento bilateral. Mesmo encontrando espaços para atuação de suas empresas no mercado angolano, o Brasil ainda carece de uma política externa mais sólida e consistente no continente africano e em Angola.

A segunda seção apresenta a ideia do Atlântico Sul como um espaço geopolítico diferenciado, que permita a efetiva integração estratégica dos países por ele banhados. Neste sentido, a aproximação da China à África se torna mais um desafio histórico para os objetivos políticos do Brasil perante o continente africano, principalmente no seu relacionamento com Angola, país rico em petróleo, um recurso tão cobiçado no cenário internacional. Face a face no Atlântico Sul e com o idioma português em comum, o Brasil se vê, mais uma vez, provocado a pensar como não ficar excluído de uma parceria com Angola e com a África Austral.

4.1 Os destinos de Brasil e Angola

O Brasil é uma cultura múltipla, com forte componente africano, o qual ingressou junto com a África no sistema mundial durante o mercantilismo escravista,⁶² contribuindo para que o Atlântico Sul fosse um dos centros mais dinâmicos da economia mundial no século XVII e parte do XVIII (VISENTINI, 2014). A política mercantilista portuguesa buscou exercer o domínio

⁶² As relações entre Brasil e Angola marcaram o início das relações afro-brasileiras, quando para o Brasil foram trazidos os primeiros africanos, na condição de escravos, para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar (JOSÉ, 2015). Angola foi o principal fornecedor de escravos para o Brasil (PENHA, 2011).

marítimo baseado no controle das margens brasileira e africana, dando contornos de importância geopolítica ao Atlântico Sul (PENHA, 2011). A idealização da geopolítica do Atlântico Sul e sua inserção no entorno estratégico do Brasil teve aqui a sua aurora.

Na segunda metade do século XVII, essa lucrativa rota atraiu o interesse do Reino dos Países Baixos. Os holandeses invadiram o Recife (1627), Pernambuco, e logo depois Angola (1640), a fim de controlar um dos principais portos do açúcar no Brasil e de dominar o seu porto de tráfico de escravos, respectivamente. Portugal expulsou os holandeses de Angola em 1648, e do Brasil em 1654. A partir de então, Angola passou a depender mais do Brasil do que de Portugal (PENHA, 2011). Estava superado o primeiro adversário na história dos países.⁶³ O angolano Joveta José⁶⁴ relata que, antes mesmo da independência, já se pensava em juntar Angola ao Brasil, a fim de tornar Angola um mercado para produtos brasileiros (JOSÉ, 2015).

No entanto, em seguida, os efeitos da Primeira Revolução Industrial (fim do século XVIII ao início do século XIX), liderada pelo Reino Unido, se fizeram sentir no espaço marítimo português. Os ingleses estabeleceram a supremacia comercial no Atlântico, rompendo a hegemonia portuguesa, garantindo mercados para seus produtos e a proteção de seu tráfego marítimo. Os ingleses assumiram o controle da Rota do Cabo (1806) e de outras ilhas, estabelecendo bases navais para o abastecimento de carvão de seus navios a vapor (PENHA, 2011).⁶⁵

Tais ações interromperam o tráfego comercial entre o Brasil e a África, que passou a operar de acordo com os interesses ingleses. Apesar da identidade comum, a diplomacia britânica impediu Angola de integrar o Brasil quando da independência, em 1822 (PENHA, 2011;

⁶³ Os colonos brasileiros assumiram o comércio sul-atlântico com Angola e seus principais eixos: entre a Bahia e o Golfo da Guiné, e entre o Rio de Janeiro e Angola (PENHA, 2011).

⁶⁴ Joveta José é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor da Academia Naval da Marinha de Guerra Angolana.

⁶⁵ Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha, Shetlands do Sul, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul e Malvinas foram ilhas apropriadas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Atlântico Sul (PENHA, 2011).

VISENTINI, 2014). As ações da Holanda, e depois do Reino Unido, somados à Conferência de Berlim, tornaram o oceano que une o Brasil e a África em um grande abismo político-econômico.⁶⁶

Somente nos anos 1970, o relacionamento político-econômico foi retomado de maneira relevante. No dia 11 de novembro de 1975, às 20:00h de Brasília e 00:00h de Angola,⁶⁷ o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e a ter relações diplomáticas com o governo de Luanda (JOSÉ, 2015). As décadas de 1970 e 1980 foram de grande interação comercial e aproximação política (VISENTINI, 2014).⁶⁸

Com o reconhecimento do governo marxista de Angola, enterrou-se definitivamente a concepção ideológica que ainda norteava segmentos governamentais na condução da política externa do Brasil (PENHA, 2011). No plano interno, o desenvolvimento do Brasil estava limitado por sua vulnerabilidade energética, onde o petróleo representou cerca de 70% de todas as importações brasileiras entre 1975 e 1979.⁶⁹ Angola poderia ser um parceiro para aliviar essa deficiência energética.

A política e a economia davam o ritmo da aproximação. No entanto, paralelamente, o Brasil construía um forte conteúdo acadêmico sobre a importância do continente para a nossa segurança e desenvolvimento. O General Meira Mattos⁷⁰ assim analisa a posição estratégica da África:

⁶⁶ De 1860 a 1960, a relação Brasil-África foi mínima (VISENTINI, 2014, p. 49). O tráfico de escravos foi interrompido, bem como todo o tipo de comércio entre o Brasil e a África (PENHA, 2011, p. 50).

⁶⁷ Um dos grandes responsáveis por assessorar o Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) na questão de Angola foi o Embaixador Ovídio de Andrade Melo (1925-2014) (JOSÉ, 2015). Os desafios por que passava o Brasil no setor energético podem ser verificados na mensagem do Presidente Geisel ao Congresso Nacional, em 1976. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-ernesto-geisel-1976/view>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

⁶⁸ Empresas brasileiras, estatais e privadas, como Petrobrás, grupo Pão de Açúcar, Odebrecht e Banco do Brasil se instalaram no continente ao longo das décadas de 1970 e 1980 (PENHA, 2011).

⁶⁹ As crises mais graves do petróleo ocorreram na década de 1970. Em 1973, os países da OPEP decidiram reduzir o volume produzido e provocaram uma alta do preço do barril (que passou de US\$ 2,70 para 11,20) (ANEEL, 2008).

⁷⁰ O General de Divisão Meira Mattos (1913-2007) foi professor de geopolítica na Escola Superior de Guerra.

Não podemos, hoje, escapar ao truísmo que coloca na vertente atlântica da África a linha de cobertura afastada da costa brasileira. No momento em que uma potência militar hostil ao Brasil ocupar a costa atlântica da África, em qualquer ponto – desde Marrocos até a África do Sul – começaremos a sentir no nosso país um clima de inquietação e de pressão bélica sem precedentes na nossa história. Isto porque, hoje, até mesmo uma base de foguetes médios instalada no saliente oeste africano poderá facilmente ameaçar larga faixa do saliente nordestino (MATTOS, 1975, p. 75).

Fundamentado academicamente, o Brasil buscou a paz no continente africano. Durante a guerra civil de Angola, o Brasil participou de todas as missões enviadas pela ONU ao país. A Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) foi a primeira, de 1988 a 1991. A UNAVEM I teve o General de Brigada brasileiro Péricles Ferreira Gomes como Observador Militar em Chefe da Missão de Verificação e promoveu a retirada de 50.000 soldados cubanos de Angola (MORETTI, 2009).⁷¹

O Brasil participou ainda da UNAVEM II (1991-1995), UNAVEM III (1995-1997) e Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), de 1997 a 1999. Todas contaram com participação de militares ou civis, das Forças Armadas ou Forças Policiais (MORETTI, 2009).⁷² As interações econômicas e políticas promoveram uma intensa cooperação entre Brasil e Angola e a ZOPACAS foi um dos instrumentos para defender a solução pacífica da guerra civil angolana (JOSÉ, 2015).

Nos anos 2000, a cooperação foi alavancada, com Angola e com a África.⁷³ Ocorreu a aproximação político-diplomática intensa, de âmbito bilateral e multilateral, com parcerias estratégicas nas negociações políticas e comerciais junto a organismos internacionais e com um

⁷¹ Histórico da UNAVEM I. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>> e <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/626>>. Acesso em 26 maio 2018.

⁷² De acordo com o Instituto Igarapé, Angola recebeu um dos três maiores deslocamentos de tropas brasileiras em missões de paz, ao lado das missões no Canal de Suez (anos 1950-1960) e Haiti (anos 2000-2010). Disponível em: <<https://igarape.org.br/forca-de-uma-trajetoria-military-review/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

⁷³ No ano de 2002, tem fim a guerra civil em Angola e é eleito, no Brasil, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1º jan. 2003-1º jan. 2011), que passa a ter bom relacionamento com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos (1979-2017). O Presidente angolano, em 2010, chegou a apoiar a candidatura do Brasil a membro permanente do CSONU (JOSÉ, 2015). Além disso, ao estabelecer relações diplomáticas com a República Centro-Africana, em abril de 2010, o Brasil passou a contar com relações diplomáticas com todos os países do continente (MENEZES, 2013).

novo impulso a ZOPACAS (VISENTINI, 2014). Além disso, o Brasil promoveu a aproximação entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União Aduaneira da África Austral (SACU) e os países-membros africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), buscando a cooperação em ciência e tecnologia e a intensificação do comércio (MENEZES, 2013).⁷⁴

No plano econômico, nos anos 2000, ocorreram investimentos em infraestrutura e serviços em Angola, com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social⁷⁵ (BNDES), a fim de incrementar o comércio nas duas direções. Assim como a China, o Brasil se apresentou como um dos grandes responsáveis pelo processo de reconstrução de Angola, ao aceitar aumentar as linhas de crédito que ofereceu ao país e criando linhas especiais de financiamento a partir do perdão de dívidas externas (JOSÉ, 2015).

Nessa retomada, a empresa privada Sociedade Petrolífera Angolana (SOMOIL) venceu concorrência para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo Baiano, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização. Em Angola, a Petrobrás tinha concessão de exploração em seis blocos no *offshore* de Angola. Essa parceria com Angola conferiu legitimidade às iniciativas do Brasil na África Austral (JOSÉ, 2015).

De fato, o comércio entre o Brasil e o conjunto dos países africanos passou de US\$ 5 bilhões, em 2002, para US\$ 20,5 bilhões, em 2010, quando se registraram US\$ 11,3 bilhões de importações e US\$ 9,2 bilhões de exportações. Considerando-se o período 2002-2010, o comércio entre o Brasil e a África se expandiu de forma significativa, à taxa de 310%. E Angola esteve entre

⁷⁴ Angola faz parte de duas Comunidades Econômicas Regionais: a SADC e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), o que permitiria o acesso, por Angola, a dois mercados regionais da África. A CPLP foi criada em 17 jul. 1996, com o objetivo de aprofundar a amizade mútua e a cooperação entre países lusófonos. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2763.aspx>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

⁷⁵ Fundado em 1952, como BNDE, pelo Presidente Getúlio Vargas. Se tornou BNDES em 1982, com o objetivo de ser um órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento. É uma empresa pública e não um banco comercial. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xgV5fSeIoeE>>. Acesso em 26 maio 2018.

os principais parceiros, junto com África do Sul e Nigéria (MENEZES, 2013). Mesmo com a presença da China e de outras potências econômicas em Angola, o Brasil encontrou espaço para seus bancos e empresas, cultivando sólidas parcerias estratégicas (QUADRO 2, APÊNDICE E).

Se por um lado que ocorreu essa aproximação com Angola, por outro também ocorreu com a China. Afinal, a China não se expandiu somente para a África. Menezes (2013) cita que a China passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro em 2009 e se colocou como o principal investidor externo em terras brasileiras em 2010. A cooperação trilateral, inclusive, foi um marco histórico na cooperação sul-sul. Um dos exemplos foi a cessão de imagens de satélite aos países africanos por meio do projeto *CBERS for Africa*⁷⁶ (MENEZES, 2013). Essa iniciativa de conjugação de interesses revela o quanto a relação, na África, pode ser benéfica a ambos.

A África, prioritária tanto para a China quanto para o Brasil, apresenta um potencial tanto para a competição – concentrada, sobretudo, no campo econômico – quanto para a cooperação entre Brasil e China. Esses dois movimentos podem conviver em paralelo. Pelo lado da competição, nem sempre o Brasil e nem sempre a China sairão vencedores. Pelo lado da cooperação, há ganhos para os dois (MENEZES, 2013).

Com efeito, o Brasil concorre com a China, mais do que outros países da América do Sul (JOSÉ, 2015), principalmente pelas semelhanças em utilizar instrumentos econômicos para atingir objetivos políticos, de interesse nacional. No entanto, o Brasil possui a vantagem de poder explorar cada vez mais as possibilidades que a cooperação na ZOPACAS e na CPLP oferecem para explorar uma parceria estratégica de longo prazo. Assim explica Menezes (2013):

Deve-se, ainda, mencionar que a cooperação técnica brasileira é livre de condicionalidades, construída a partir da manifestação de interesse de parte dos parceiros

⁷⁶ Em nov. 2007, Brasil e China anunciaram que distribuiriam, gratuitamente, imagens do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) para todo o continente africano. O Programa CBERS foi estabelecido por Brasil e China em 1988. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1276>. Acesso em: 19 jul. 2018.

(*demand driven*) e se desenvolve em sintonia com as grandes linhas de ação da política externa brasileira, priorizando o apoio ao crescimento socioeconômico dos países africanos. As atividades da cooperação sul-sul brasileira, além de incondicionais, não preveem lucros. Eventuais impactos sobre as exportações ou os investimentos brasileiros não são aspectos que determinam a realização de um projeto de cooperação pelo Brasil. Caso ocorram, são tidos como efeitos colaterais positivos, mas não são pré-requisitos para a aprovação de projetos (MENEZES, 2013, p. 226).

No entanto, a presença da China, do Brasil e de outras potências emergentes, bem como o próprio desenvolvimento africano, tornou a África uma zona pivô da grande política internacional (VISENTINI, 2014). Para Visentini (2014) e José (2015), a criação do *Africom* pelos EUA (Comando África) é um exemplo da importância geopolítica do continente.⁷⁷ A parceria e a união dos países presentes na região do Atlântico Sul são fundamentais, por serem mais vantajosas e perenes, com um resultado político concreto: a consolidação da ZOPACAS, a integração política e o desenvolvimento socioeconômico de países africanos e sul-americanos.

4.2 O Atlântico Sul como espaço geopolítico diferenciado

Abdenur e Marcondes Neto (2013) apregoam que os países da região devem considerar o Atlântico Sul como um espaço geopolítico diferenciado, ao invés de um simples mar que os conecta. O potencial deste espaço geopolítico pode ajudar os atores políticos locais a projetar sua influência nos planos econômico e político em outras regiões do mundo e em organismos internacionais, de forma a garantir o seu desenvolvimento sustentado e a preservação de seus interesses estratégicos.

⁷⁷ O *Africom* foi criado em 6 fev. 2007 pelo Presidente George W. Bush. Pecequilo (2013) defende que essa iniciativa não emerge de uma política construtiva para o continente, mas sim de uma vontade de preservar sua zona de influência hemisférica e conter o avanço de novos polos de poder na região. Em harmonia com Pecequilo, Visentini (2014) afirma que se trata de uma reação geopolítica, onde as antigas potências buscam barrar o caminho da cooperação sul-sul no tocante à África.

A idealização do Atlântico Sul como espaço geopolítico diferenciado, em especial para o Brasil e Angola, carrega a força da história e da geografia que os uniu ainda no século XVI, mesmo sem os efeitos da globalização e os avanços científico-tecnológicos que encurtaram as distâncias entre os países recentemente. As instituições já existem e possuem legitimidade: ZOPACAS, CPLP, MERCOSUL e SACU, em especial. É preciso, agora, o alinhamento político cooperativo em torno desta força geo-histórica para promover o desenvolvimento e a paz, de acordo com suas vontades e objetivos nacionais, no Atlântico Sul (para visualizar como as forças podem interagir, ver FIG. 4, APÊNDICE C).⁷⁸

A presença de nova rivalidade entre duas potências da economia mundial, EUA e China, mais uma vez ronda a África e o Atlântico Sul (apesar de aparentemente restrita ao Sudeste Asiático). Menezes (2013) explica que os objetivos traçados por Beijing se vinculam diretamente ao projeto de desenvolvimento econômico e social do país e à construção gradual do “socialismo com características chinesas”, garantindo o suprimento de matérias-primas e energia e a abertura e manutenção de mercados consumidores africanos para seus produtos. Com isso, deduz-se que a presença chinesa no continente será permanente, alimentando ainda mais rivalidades com os EUA.

O Atlântico Sul, por força dos fatos históricos e pela imposição da geografia, se transformou em via importante de comunicação comercial e marítima no âmbito das Relações Internacionais para os países da margem sul-americana e africana. Para o Brasil, especificamente, a África Atlântica, pelos aspectos de relações político-econômicas, de nível de desenvolvimento e de segurança, foi inserida no seu entorno estratégico, um processo construído por séculos de atividade cognitiva e convivência política, econômica e social.

⁷⁸ O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por Estados situados em outras regiões (BRASIL, 2012, p. 39).

A ideia de transformar o Atlântico Sul em uma zona de paz e cooperação, no passado, foi produto do período da Guerra Fria e representou um grande esforço brasileiro-africano no sentido de manter a área desmilitarizada, fora da corrida nuclear e cada vez mais aberta ao comércio e às relações políticas e culturais (PENHA, 2011). Explorar esse espaço geopolítico diferenciado, agora com ênfase na cooperação sul-sul, poderá trazer dividendos positivos para Brasil e Angola, bem como para seus mercados regionais e seus continentes, uma vez que um pode abrir as portas de seu espaço de influência para o outro.

A África Austral, em especial, possui um enorme potencial de crescimento e a melhor infraestrutura do continente. (VISENTINI, 2012). O Brasil, por sua vez, possui reconhecido potencial de desenvolvimento na América do Sul. Um relacionamento triangular entre África do Sul, Brasil e Angola dá mais lógica a essa geografia econômica trilateral, ao ligar o Cone Sul da América do Sul à África Meridional e ao sul da Ásia (KORNEGAY, 2010), podendo ainda receber a Argentina como fator de união deste alinhamento político, explorando a amplitude do termo cooperação no fórum da ZOPACAS, a força política de seus países-membros e negociando com sensibilidade e pragmatismo os interesses dos dois continentes.

No entanto, como relembra Visentini (2014): “apenas vontade política e uma retórica de solidariedade são insuficientes sem vínculos econômicos sólidos”. Faz-se necessário, perante o histórico e incessante interesse de potências externas à região, estabelecer uma cooperação econômica e política sólida e de benefício mútuo, a fim de permitir que o Atlântico Sul siga pelos caminhos desejados pelos interesses de seus países, e não impostos por outrem.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se interpretar a atividade econômica chinesa em Angola, no período de 1975 a 2010. Angola é um Estado relevante para o Brasil, pois está inserido no contexto de seu entorno estratégico, conforme explicitado na Política Nacional de Defesa. A análise das evidências observáveis na pesquisa buscou esclarecer a hipótese central de que a China faz uso de ferramentas geoeconômicas para atingir seus objetivos geopolíticos em seu relacionamento com Angola. Como hipótese secundária, assumiu-se que essa atividade causa impacto negativo nos interesses geopolíticos do Brasil, principalmente no que tange à promoção e consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Para atingir o propósito da pesquisa, foi empregada a metodologia do confronto entre a teoria da geoeconomia e a realidade, por meio de uma verificação bibliográfica e documental e de um método dedutivo. Procurou-se compreender o posicionamento estratégico da China no mundo, na África e então em Angola. Ressalta-se a considerável produção acadêmica brasileira a respeito da presença chinesa na África, principalmente a partir da década de 1970, reforçando o simbolismo da região como entorno estratégico do Brasil.

Primeiramente, foi apresentada a origem do termo geoeconomia, em 1990, com Edward Luttwak. Por falta de uma definição específica, foi adotada aquela proposta pelos autores Robert Blackwill e Jennifer Harris, em 2016: a geoeconomia é o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, e para alcançar resultados geopolíticos favoráveis; bem como os efeitos das ações econômicas de um Estado sobre os objetivos geopolíticos de um outro Estado. Essa descrição permitiu identificar melhor o relacionamento entre atitudes geoeconômicas e interesses geopolíticos de um Estado no âmbito das Relações Internacionais.

Por fim, foram relacionadas três atitudes geoeconômicas para validar a hipótese central: o cancelamento ou renegociação de dívida externa; a ajuda técnica e empréstimos financeiros em troca de acesso a recursos energéticos e apoio político internacional; e acordos comerciais coordenados entre bancos, empresas e política externa de um Estado para garantir participação em determinado setor de mercado externo.

Posteriormente, foi destacado o pragmatismo chinês, principalmente a partir da liderança de Deng Xiaoping, que começou a estabelecer um socialismo com características chinesas em prol de seu desenvolvimento econômico-social, após o cisma com a ex-URSS, a aproximação aos EUA e aos países de Terceiro Mundo, em especial aqueles não-alinhados com a bipolaridade da Guerra Fria. Nesse contexto, observou-se que a China explorou os vácuos de poder das duas potências antagônicas na África Austral, onde construiu sua credibilidade política ao apoiar, incondicionalmente, os países africanos em dificuldades financeiras pós-descolonização.

Nessa primeira aproximação à realidade, ficou evidente o retorno político da ajuda técnica e empréstimos financeiros chineses, simbolizado pelo apoio recebido de Estados africanos por ocasião do ingresso da República Popular da China na ONU, em 1971, e dos eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial, em Beijing, no ano de 1989. A aderência dos fatos analisados à teoria geoeconômica começou a se apresentar na pesquisa.

Em um segundo momento, o método dedutivo conduziu a investigação para a hipótese central, ou seja, o uso de ferramentas geoeconômicas pela China em Angola. As reservas de petróleo de Angola e suas condições pós-guerra civil (1975-2002), com sua infraestrutura destruída, coincidiram, historicamente, com eventos que acentuaram a influência política e econômica da China no cenário internacional: a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000; o ingresso da China na Organização Mundial de Comércio, em 2001; e a

criação do acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), em 2001. Esses acontecimentos permitiram o fortalecimento de todas as expressões do Poder Nacional da China.

Apesar de ter participado indiretamente da guerra civil em Angola, apoiando economicamente diferentes movimentos que disputavam o poder político, o que já configura uma atitude geoeconômica (ao tentar consolidar no poder político um movimento alinhado a seus interesses nacionais), foi a partir do término da guerra que as pesquisas revelaram uma intensa coordenação entre a política externa, empresas e bancos chineses para ocupar setores de mercado angolano e garantir preferência no suprimento de petróleo, tudo sob orientação estatal.

Ao não receber o apoio econômico esperado das potências e instituições financeiras ocidentais para recompor e estabilizar o país, Angola recorreu ao apoio chinês. A China investiu em infraestrutura e providenciou ajuda técnica para os projetos de reconstrução do país. Além disso, cancelou e renegociou a dívida externa angolana e permitiu o pagamento dos empréstimos bancários por meio de quotas de petróleo, prática comercial que ficou conhecida como *Angola Mode*. O petróleo é a principal riqueza natural de Angola e um recurso energético essencial para a manutenção dos altos índices de crescimento da China. A importância desta parceria se confirma, de fato, quando Angola se torna o principal fornecedor de petróleo para a China, em 2010.

Ademais, foi observada, também, a influência de ativos econômicos em projeção de poder político e ocupação de mercados, refletidos por exemplo na presença de petrolíferas chinesas no mercado de petróleo angolano, ao ter acesso a blocos de exploração com reservas provadas e comercialidade confirmada, em sincronia com o financiamento das obras de infraestrutura e em detrimento de acordos antes estabelecidos com companhias de outros países. Tais evidências acentuam a aderência entre a geoeconomia e o comportamento estratégico do Estado chinês em Angola.

No capítulo quatro, ficou evidenciado que o Brasil também fez uso da teoria geoeconômica em Angola, de maneira modesta, por suas limitações financeiras e pela ausência de uma política de Estado estratégica consistente e de longo prazo. Inicialmente, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975. Tal fato pode ser compreendido, parcialmente, pelo quadro de vulnerabilidade energética do Estado brasileiro naquele momento, perante as crises de petróleo da década de 1970, mas também pelos laços históricos que unem os dois países, antigas colônias de Portugal e, antigamente, fortes parceiros comerciais.

Mais tarde, na década de 2000, o Estado brasileiro priorizou a África em sua política externa, sob o mote da cooperação sul-sul e com postura geoeconômica, estimulando que empresas brasileiras, principalmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, direcionados de acordo com os interesses geopolíticos do Brasil, atuassem em diversos setores do mercado angolano (petróleo, construção civil e outros), também explorando os efeitos da guerra civil sobre o país. Destaca-se que o *Angola Mode* também foi praticado pelo Brasil.

Observou-se que, enquanto Brasil e China atuavam de maneira semelhante em Angola, o fato de serem membros do BRIC e já terem parcerias firmadas entre eles, contribuiu para uma cooperação trilateral com a África. Foi citado, então, o caso do projeto *CBERS for Africa*, que estendeu um projeto bilateral para atender demandas de imagens satelitais para o continente africano. É relevante mencionar que, talvez pela situação crítica de Angola no período considerado (apenas oito anos após o fim da guerra civil), não houve conflitos comerciais entre Brasil e China, pelo contrário, foi verificado um cenário de cooperação e complementaridade da presença chinesa e brasileira em Angola.

Assim, foi validada a hipótese central formulada para essa pesquisa, ao se confirmar que a China fez uso de ferramentas geoeconômicas para atingir objetivos geopolíticos em seu relacionamento com Angola. Por outro lado, verificou-se que a segunda hipótese não foi comprovada, pois as ações da China, até 2010, não causaram impacto negativo aos interesses geopolíticos brasileiros em Angola ou no Atlântico Sul.

No entanto, para estudos futuros, sugere-se acompanhar a presença reativa estadunidense, simbolizada pela criação do *Africom*, no ano de 2007, frente o avanço chinês na região, que, tudo indica, será crescente. A pesquisa, com espaço temporal até 2010, não percebeu impactos significativos a partir da bibliografia pesquisada. Uma das possíveis consequências do *Africom* é acentuar os conflitos e rivalidades entre China e EUA na região, comprometendo a promoção e a consolidação do Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), assim como ocorreu durante a Guerra Fria. Além disso, esta pesquisa também sugere que Estados ricos em recursos naturais e energéticos, com governos sem capacidade de investimento em infraestrutura precária, são passíveis de atuação geoeconômica chinesa, em qualquer continente.

Finalmente, este estudo propôs, ainda, pensar o Atlântico Sul como espaço geopolítico diferenciado. Brasil e Angola, em especial, potenciais lideranças em seus continentes, podem promover, a partir de seus laços geo-históricos e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma atuação coordenada em outros fóruns legítimos e consolidados, como a ZOPACAS, o BRICS (a adesão da África do Sul ocorreu em 2011), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União Aduaneira da África Austral (SACU), a fim de preservar seus interesses políticos e atingir seus objetivos nacionais, tanto na América do Sul quanto na África, fazendo do Atlântico Sul um amplo espaço de cooperação em prol de seu desenvolvimento econômico-social.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A.; MARCONDES NETO, D. La creciente influencia de China en el Atlántico Sur. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 102-103, p. 169-197, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Atlas de energia elétrica do Brasil*. 3 ed. Brasília, 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO – ANP. *Anuário Estatístico Brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis*. Rio de Janeiro, 2012.

BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. *Revista Política Externa*, São Paulo, v. 24, n. 1/2, jul/dez 2015. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/2814/geoeconomia-logica-geopolitica-comercio-mundial/>>. Acesso em 31 maio 2018.

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by others means: geoeconomics and statecraft*. Harvard University Press, Cambridge, MA; London, England: 2016.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Ferramentas). Título original: *The craft of research*.

BRASIL. Presidente (1974-1979: Ernesto Geisel). *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1976*. Brasília, 1976. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-ernesto-geisel-1976/view>>. Acesso em: 18 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas MD35-G-G01*. 4 ed. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, 2012.

BRAUTIGAM, Deborah. *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. New York: Oxford University Press, 2009.

CASTRO, Therezinha de. *África: geo-história, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

COHEN, Saul Bernard. *The Geography of International Relations*. 3 ed. Lanham, MD: Rowman & Littlefield: 2015. Cap. 1, 2, 13.

CORKIN, Lucy. China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience.? *Angola Brief*. v. 1, n. 1, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CORKIN, Lucy. Uncovering African Agency: Angola's Management of China's Credit Lines. *Africa Summary*. Chatham House: 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/250713summary.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DUARTE, Ana; SANTOS, Regina; TJØNNELAND, Elling. Angola's Lobito Corridor, from reconstruction to development. *Angola Brief*. v.4, n. 5, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/5120-angolas-lobito-corridor>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Tradução de Marisa Motta. 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007. Cap. 17, 19, 21. Título original: *China: A New History*.

FIOCCA, Demian. BNDES: infraestrutura e desenvolvimento. In: FORUM NACIONAL – O DESAFIO DA CHINA E DA ÍNDIA, A RESPOSTA DO BRASIL, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/6928>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Colaboração de Maria Helena de Andrade Magalhães, Stella Maris Borges. 8 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).

GONÇALVES, Jonuel (Org.). *Atlântico Sul XXI*. São Paulo: Editora UNESP. Salvador, BA: EDUNEB, 2009. 267 p. p. 99-101.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução Waltensir Dutra. 21 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1986. Cap. 12, 18. Título original: *Man's Worldly Goods*.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Tradução Bárbara Duarte. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JOSÉ, Joveta. *Angola: estratégias de inserção internacional*. Curitiba: Appris, 2015.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Título Original: *On China*.

KORNEGAY, Francis. *A África do Sul como potência emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança*. In: África do Sul: História, Estado e Sociedade, organizado por Paulo Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010 (Coleção Sul-Africana).

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo*. Tradução de Maria Abramo Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2001. Título original: *Turbocapitalism*.

LUTTWAK, Edward. *The rise of China vs. the logic of strategy*. Cambridge, MA; London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2012. Cap. 1, 3, 5, 6.

MALAQUIAS, Assis. Angola's Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations. *South African Institute of International Affairs* (SAIIA). Maio 2011. (South African Foreign Policy and African Drivers Programme – Occasional Paper n. 84).

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975. Cap. 7. (Coleção General Benício).

MENEZES, Gustavo Rocha de. *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013. (Coleção CAE)

MORETTI, Eduardo. *1989 – 1999: 10 anos de Operações de Paz em Angola*. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Reginaldo Mattar Nasser. São Paulo, 2009.

NORRIS, William. *Chinese Economic Statecraft: Commercial actors, Grand Strategy, and State control*. London: Cornell University Press, 2018.

O'NEILL, Jim. *Building Better Economic BRICs*. New York, United States: Goldman and Sachs, 2001. (Global Economics Paper, n.66). Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China*. Carta Internacional, v.8, n.2, p. 100-115, jun. 2013. Disponível em <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113/72>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. 245 p.

STRANGE, Susan. *The Retreat of the State: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge, UK, Cambridge University Press: 1996. (Cambridge studies in international relations, 49).

VIEGAS FILHO, José. *A Segurança do Atlântico Sul e as relações com a África*. Brasília: FUNAG, 2016. 175 p. Trabalho originalmente apresentado como tese, aprovada no V Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1982. (Curso de Altos Estudos).

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2012. (Coleção Relações Internacionais).

VISENTINI, Paulo Fagundes. África e as Potências Emergentes: o Sul e a Cooperação Profana. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais*. v. 3, n. 5, jan.-jun. 2014, p. 41-68. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/45812/30184>. Acesso em: 17 jun. 2018.

APÊNDICE A

TABELA 1
Evolução das empresas chinesas no *ranking* da *Fortune Global 500*

Empresa	Ano					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
<i>China Petrochemical Corporation (SINOPEC)</i>	23°	16°	16°	9°	7°	5°
<i>State Grid Corporation of China</i>	32°	24°	24°	15°	8°	7°
<i>China National Petroleum Corporation</i>	39°	25°	25°	13	10°	6°

Fonte: *Fortune Global 500*. Disponível em: <<http://fortune.com/global500>>.

Nota: A *Fortune Global 500* lista as 500 maiores empresas do mundo a partir de suas receitas declaradas. Os resultados relativos à coluna do ano de 2011 representam as receitas das empresas antes ou até 31 mar. 2011.

APÊNDICE B

TABELA 2
Evolução dos bancos chineses no *ranking* da *Global Finance*

Banco	Ano			
	2005	2009	2010	2011*
<i>Industrial & Commercial Bank of China</i>	26°	18°	11°	9°
<i>Bank of China</i>	34°	25°	22°	16°
<i>China Construction Bank</i>	37°	22°	18°	14°
<i>Agricultural Bank of China**</i>	36°	24°	10°	17°
<i>Bank of Communications (China)</i>	..	47°	50°	40°
<i>China Development Bank</i>	36°	31°
Banco do Brasil	50°

Fonte: *Global Finance*

Disponível em: <<https://www.gfmag.com/awards-rankings/best-banks-and-financial-rankings/>>.

Nota: A *Global Finance* lista os 50 maiores bancos (*World's 50 Biggest Banks*) do mundo a partir do seu total de recursos (*assets*).

*Data de lançamento: 31 dez. 2010.

** O *Agricultural Bank of China* e o *Agricultural Development Bank of China* são duas instituições diferentes e independentes, apesar de possuírem uma parceria estratégica. Disponível em: <http://www.abchina.com/en/enold/about-us/news/201503/t20150305_692078.htm>. Acesso em: 21 jul. 2018.

APÊNDICE C

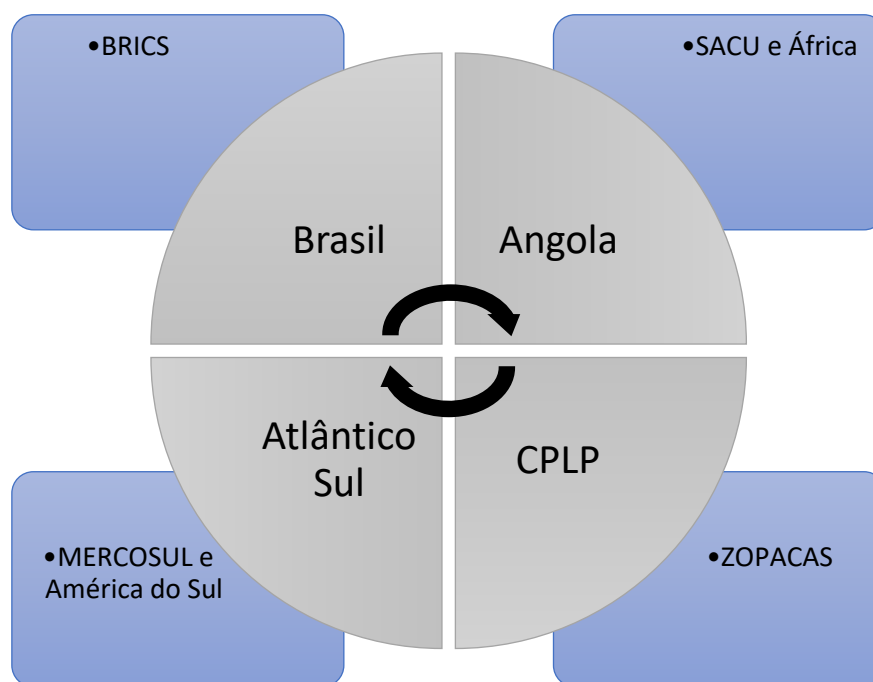


FIGURA 4 – Cooperação Brasil-Angola
Nota: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE D

QUADRO 1

Cronologia das relações entre China e Angola, no período de 1975-2010.

DATA	EVENTO
1983	A China estabelece relações diplomáticas com a República de Angola.
2001	Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, encontra o Ministro das Relações Exteriores da China (Jan.).
2004	Encontro de Ministros das Relações Exteriores (MRE) de China e Angola (Maio).
2004	Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, encontra MRE de Angola (Maio).
2005	Presidente José Eduardo dos Santos encontra o Vice-Primeiro-Ministro da China.
2006	Primeiro-Ministro da China encontra o Primeiro-Ministro de Angola.
2008	Presidente da China, Hu Jintao, encontra o Presidente José Eduardo dos Santos.

Fonte: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng>.

APÊNDICE E

QUADRO 2

Cronologia das relações entre Brasil e Angola, no período de 1975-2010.

DATA	EVENTO
1975	O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.
1980	Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.
1982	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1983	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1984	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1988	Reunião Ministerial da ZOPACAS no Rio de Janeiro, Brasil.
1989	Visita do Presidente José Sarney a Angola (primeira visita de um Presidente do Brasil a Angola).
1992	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
2002	Inicia-se a concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG).
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (Nov.).
2005	VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola (Out.).
2007	Reunião Ministerial da ZOPACAS em Luanda, Angola.
2010	Visita do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil e assinatura da Parceria Estratégica (Jun.).

Fonte: <<http://www.itamaraty.gov.br>> e <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>

ANEXO A - Figuras

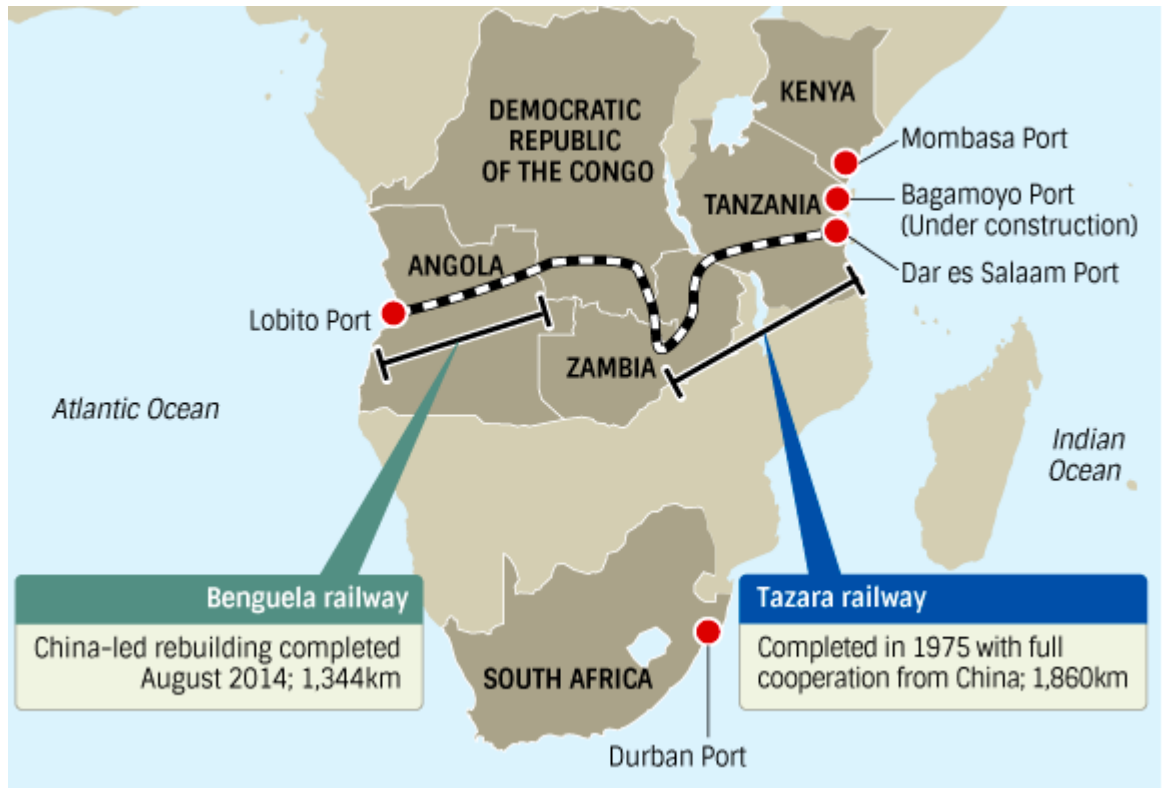


FIGURA 1: Ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA) e Ferrovia de Benguela

Fonte: <<http://www.theheritageportal.co.za/article/benguela-more-just-current>>.

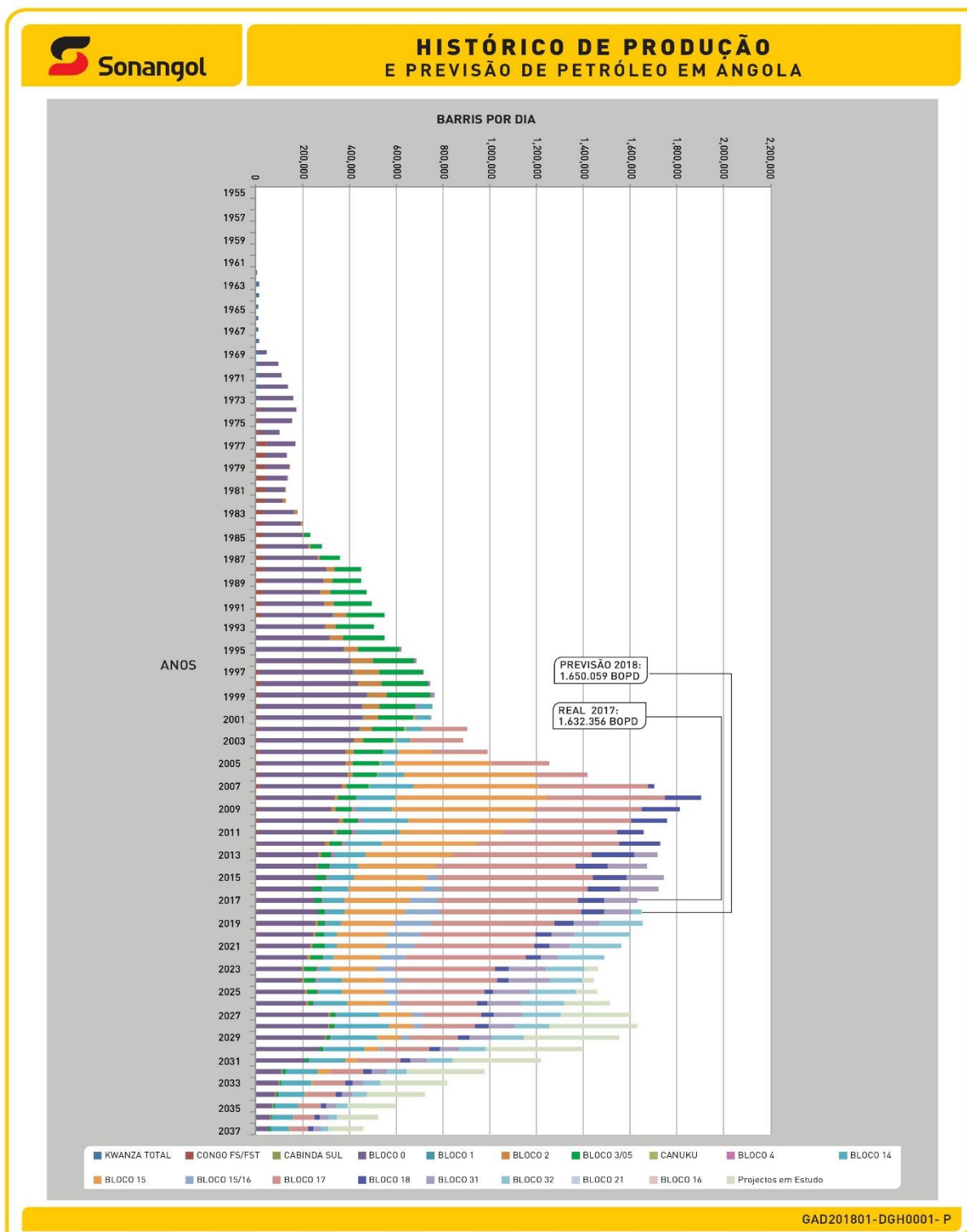


FIGURA 2 – Histórico de Produção e Previsão de Petróleo em Angola
Fonte: SONANGOL. Disponível em: <<http://www.sonangol.co.ao>>.

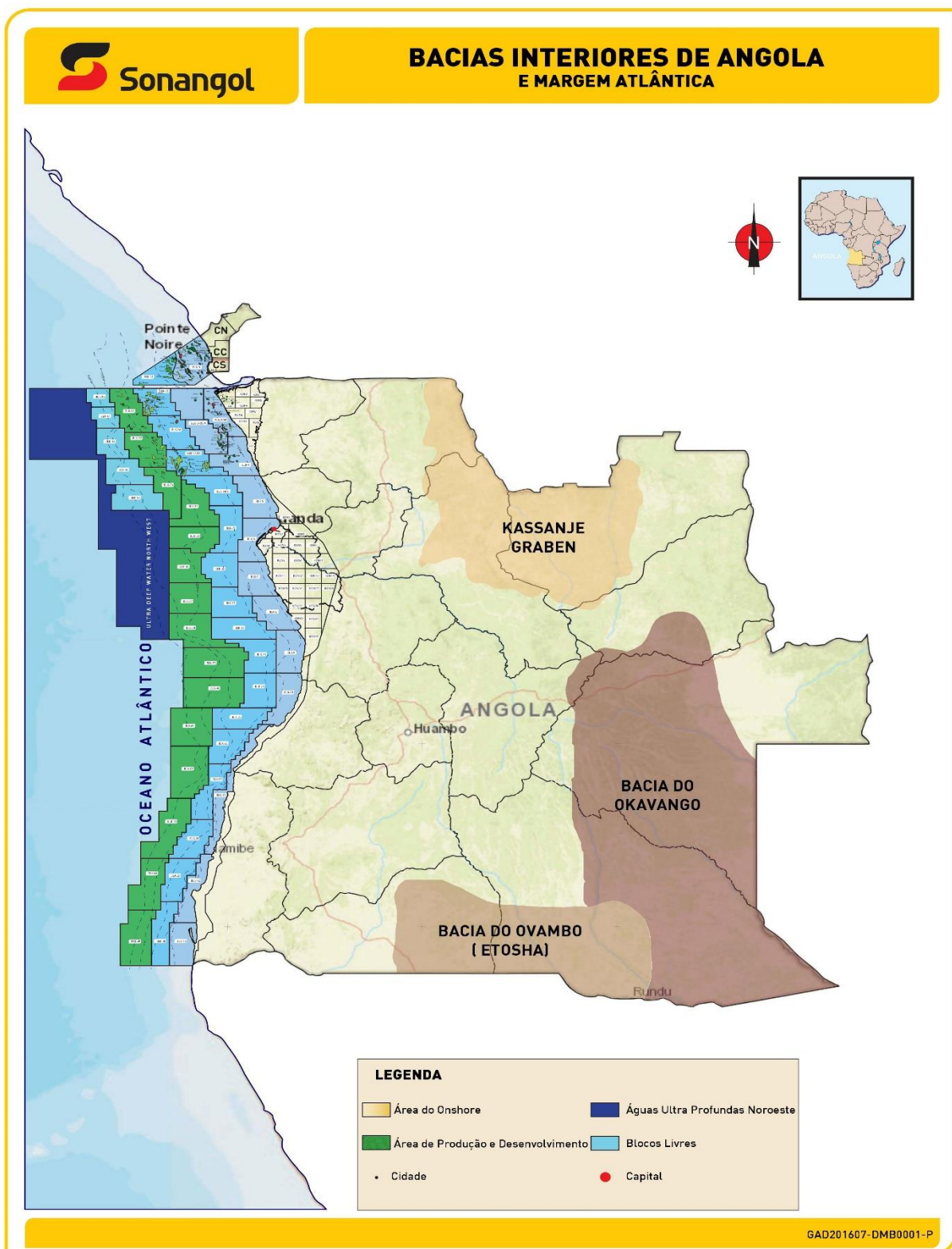
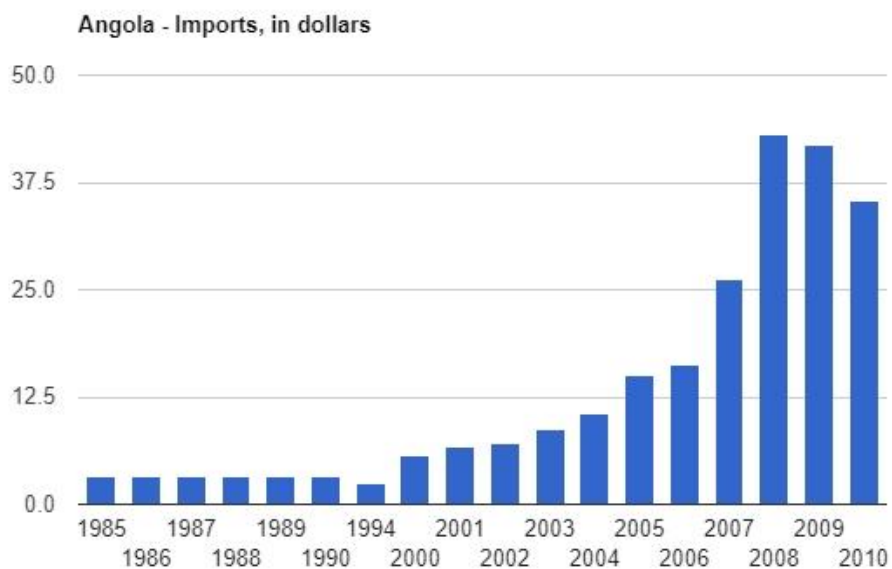


FIGURA 3 – Bacias Interiores de Angola e Margem Atlântica

Fonte: SONANGOL. Disponível em: <<http://www.sonangol.co.ao>>.

ANEXO B - Gráfico

Source: TheGlobalEconomy.com, the World Bank

GRÁFICO 1 – Angola - Importação de produtos e serviços (em bilhões de dólares), no período de 1985-2010

Fonte: *The Global Economy*

Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/Angola/imports_dollars/>.

Nota: Dados somente disponíveis a partir de 1985.